

AKSIRIA

REVISTA DE ESTUDOS MAÇÔNICOS
Órgão Oficial do Supremo Conselho do Grau 33
do Rito Escocês Antigo e Aceito da Maçonaria para
a República Federativa do Brasil



Supremo Conselho Grau 33º do Rito Escocês Antigo e Aceito da Maçonaria para a República Federativa do Brasil

Administração

Jorge Luiz de Andrade Lins, 33º
Soberano Grande Comendador

Adélman de Jesus França Pinheiro, 33º
Lugar Tenente Comendador

José Alves de Alencar, 33º
Grande Ministro de Estado

Anderson Pinto Verçosa Simões, 33º
Grande Secretário do S.:I.:

Carlos Antonio de Almeida Deveza, 33º
Grande Secretário do Interior do S.:I.:

Maurício Soares, 33º
Grande Tesoureiro do S.:I.:

Sérgio Antônio Medeiros Vieira, 33º
Grande Chanceler Guarda do Selo

SGCs de Honra

Venâncio Igrejas, 33º † - Brasil

Geraldo de Souza, 33º † - Brasil

Ballo Geay Yacouba, 33º - Costa do Marfim

Jean Sicinsky, 33º - Polônia

Carlos Reyes Geenzier, 33º - Panamá

Henri L. Baranger, 33º - França

José Carlos D. Silva Nogueira, 33º - Portugal

Agostinho Fernandes Garcia, 33º - Portugal

Luiz Fernando Rodrigues Torres, 33º - Brasil

Licínio Leal Barbosa, 33º - Brasil

Membros Efetivos

Luiz Fernando Rodrigues Torres (04/03/1975)

Licínio Leal Barbosa (14/08/1980)

Adélman de Jesus França Pinheiro (12/03/1988)

Francisco Antônio Gonçalves Dias (12/03/1988)

Jorge Luiz de Andrade Lins (24/09/1991)

Atyla Quintaes Freitas Lima (22/09/1998)

José Linhares de Vasconcelos Filho (21/09/1999)

José Alves de Alencar (10/03/2001)

Carlos Roberto Roque (21/06/2001)

Carlos Antonio de Almeida Deveza (12/08/2002)

Francisco "Bonato" Pereira da Silva (24/09/2002)

Rubens Marques dos Santos (15/11/2003)

Wilson Filomeno (11/09/2004)

José Francisco Ribeiro Lopes (30/9/2006)

João Antonio Aidar Coelho (26/07/2008)

Maurício Soares, 33º (18/09/2008)

Rui Silvio Stragliotto, 33º (20/06/2009)

Irineu Ramazzotti, 33º (04/09/2012)

Sergio Antonio Medeiros Vieira, 33º (13/11/2012)

Manif Antônio Torres Julio, 33º (23/09/2014)

Antônio Luiz Corrêa, 33º (23/09/2014)

Anderson Pinto Verçosa Simões, 33º (23/09/2014)

Malba Tahan Macêdo Santos, 33º (11/03/2017)

Ronaldo de Brito Leite, 33º (11/03/2017)

Jorge Alexandre Pimentel Mege, 33º (11/03/2017)

Mantenha atualizado seu endereço junto ao SC 33



Revista Astréa

Órgão Oficial do **Supremo Conselho Grau 33º do Rito Escocês Antigo e Aceito da Maçonaria para a República Federativa do Brasil**

Fundada em 1º de janeiro de 1927, pelo Ir.: **Mario Behring, 33º**

Registro 009-R na Associação Brasileira da Imprensa Maçônica

Diretor Presidente

Ir.: **Jorge Luiz de Andrade Lins, 33º**
Soberano Grande Comendador

Jornalista Responsável

Ir.: **João Guilherme C. Ribeiro, 28º**
OJB 242

Redator

Ir.: **Sergio Antonio Medeiros Vieira, 33º**

Editor Fotográfico

Ir.: **Ricardo Sodré Lira Brandão, 33º**

Criação e Produção

Arte da Leitura.com

Rua Bispo Lacerda, 22 - Del Castilho
21051-120 - Rio de Janeiro, RJ

Impressão

Zit Gráfica e Editora Ltda.

Rua Santa Mariana, 21 - Higienópolis
21061-150 - Rio de Janeiro, RJ

Tiragem desta Edição:
26.500 exemplares

Correspondência

Revista Astréa

Rua Barão, 1317 - Jacarepaguá
21321-624 - Rio de Janeiro, RJ
Brasil

Telefone: (21) 3369-8000

www.sc33.org.br
secretaria@sc33.org.br

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores.



Jorge Luiz de Andrade Lins, 33º
Soberano Grande Comendador



Sucessão & Continuidade

Meus Irmãos

Como observado em um dos artigos nesse número da *Astréia*, a saúde de uma instituição deve ser mensurada, principalmente, pela sucessão de administrações dentro do seu próprio critério estabelecido. A instituição se renova, evolui e progride naturalmente, sem interrupções ou solução de continuidade não necessárias à sua continuidade. Assim tem sido as grandes democracias, que ultrapassam as mais graves tormentas sem que essas tragam exceções à norma estabelecida e aceita por seus cidadãos.

E assim tem sido nosso **Supremo Conselho**, evoluindo no curso natural da vida, tanto humana quanto institucional. A passagem de governo deve ser um ato solene, digno, altivo, consciente. Pequenos ajustes, adaptações necessárias ao tempo em que vivemos e à interação com a sociedade fraterna em que nosso **Supremo Conselho** se insere. É apenas um passo à frente – necessário, mas não radical. Festivo, mas discreto. Um amanhã que honra, considera e dignifica o ontem. Afinal, há um longo passado a conservar, especialmente em

um país onde muito poucas instituições podem gabar-se de estar às vésperas de comemorar 190 anos.

Como neste *Admirável Mundo Novo* encurtado pelas comunicações, o **Supremo Conselho** tem a seu dispor um tremendo ferramental administrativo que pode e será usado para agilizar seus processos. Da mesma forma, as comunicações exponenciaram as possibilidades de pesquisa e aperfeiçoamento na ritualística do *Rito Escocês Antigo e Aceito*. O resultado dessas pesquisas em breve teremos incorporado aos nossos rituais, um velho sonho.

Enfim, não estamos dizendo adeus ao passado, mas incorporando ao acervo que ele criou toda a potencialidade do moderno, sem criar hiatos, sem ferir nossa tradição e fiel à regularidade do Rito e ao reconhecimento de todos os *Supremos Conselhos* regulares do mundo.

Este é o nosso desafio e nosso compromisso.

A vocês, meus irmãos,
meu respeito e minha dedicação. ▲



Ponte com o passado nova rota para o futuro



Ir. : Sérgio Antônio Medeiros Vieira, 33º
Membro Efetivo

Fotos do Ir. : Ricardo Sodré Lira Brandão, 33º

Nenhum momento traduz a majestade e a permanência das instituições consagradas pelo tempo do que aquele em que um novo governante sucede o anterior de forma natural e dentro de seus preceitos legais. É quando o respeito e a tradição trabalham em harmonia para o bem comum.

Governos e regimes ditatoriais raramente sobrevivem por muito tempo. Extinta a mão forte e opressora, instalam-se os conflitos e a anarquia passa a ser a regra, com suas trágicas consequências.

Durante a Segunda Guerra Mundial, duas democracias deram o exemplo clássico do vigor que o inviolável respeito às leis concede aos povos livres. Uma era monarquia e a outra, república.

Tanto no Reino Unido como nos Estados Unidos, mesmo em um conflito mundial extremo, os governos e as instituições permaneceram livres. Aconteceram eleições e funcionaram os parlamentos, tal como nos momentos de paz. Conviveram os contrários, as opiniões diferentes servindo de contrapesos que somaram, em vez de dividir. Os grandes líderes, o Primeiro Ministro **Winston Churchill** e o Presidente **Franklin Roosevelt**, por mais apreciados que tenham sido, eram

parte de suas instituições. Sucederam antecessores e deixaram sucessores, sempre sem traumas, permitindo elas se fossem naturalmente renovadas e continuassem respeitadas.

O mesmo aconteceu na sucessão do **Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês e Antigo da Maçonaria para a República Federativa do Brasil**, onde foi eleito e empossado um novo Soberano Grande Comendador e seu antecessor deixa o poder admirado e aclamado pelo que realizou. Nada mais adequado a uma Instituição prestes a comemorar seus 190 anos de existência, quase tão antiga quanto o próprio Brasil, reconhecida e respeitada em todo o mundo.

Nos dois Soberanos Grandes Comendadores, o antecessor, **Luiz Fernando Rodrigues Torres, 33º**, e seu sucessor, **Jorge Luiz de Andrade Lins, 33º**, temos dois exemplos da melhor tradição maçônica.

Muito pode ser dito da obra do SGC **Luiz Fernando Rodrigues Torres, 33º**, este descendente de família nobre. Dos seus vinte anos à testa do Supremo Conselho e do crescimento fantástico que promoveu com sua administração, muito temos a enaltecer. Mas isto está à vista. Todos

sabemos. Entretanto, um de seus feitos foi além do **Supremo Conselho** e ao Rito Escocês Antigo e Aceito. Diz respeito à preservação do nome do próprio Estado do Rio de Janeiro. Não fosse por intervenção dele, como membro da Câmara Legislativa, na época da fusão dos estados da Guanabara com o do Rio de Janeiro, o estado resultante teria outro nome, em um desrespeito absurdo com nosso legado histórico!

Já o SGC **Jorge Luiz de Andrade Lins, 33º**, podemos dizer, é produto da melhor tradição maçônica. Seu pai, O Ir. : **Olegário Lins e Silva, 33º**, foi Grão-Mestre da **Grande Loja Maçônica do Estado da Paraíba**. Assim, filho e neto de Maçons, **Lowton**, não nos causam surpresa seus 45 anos de relevantes e corajosos serviços prestados à Ordem, ao Rito Escocês Antigo e Aceito, ao nosso **Supremo Conselho** e a tantas quantas são as Ordens regulares paramaçônicas no Brasil, **Ordem DeMolay**, **Ordem das Filhas de Jó** e **Ordem da Estrela do Oriente**.

Sua carreira, detalhadamente apresentada no **Informativo Virtual Astréa News 84**, de Abril deste ano, nos apresenta um Maçom incansável, que galgou paciente





O SGC Jorge Luiz de Andrade Lins, o SGC de Honra Luiz Fernando Rodrigues Torres e os Membros Efetivos reunidos à entrada do Grande Templo do REAA.



O Past SGC Luiz Fernando Rodrigues Torres recebe o título de SGC de Honra



O SGC de Portugal Agostinho Fernandes Garcia entrega ao SGC Jorge Luiz de Andrade Lins um aparelho de chá, em porcelana chinesa, como homenagem ao SGC de Honra Luiz Fernando Rodrigues Torres, 33°.



Artesãs paraguaias, por meses a fio, bordaram a toalha com que Alejandro B. Dedoff, Grande Orador do SC do Paraguai, traz a homenagem ao SGC Jorge Luiz de Andrade Lins.

mente, tanto nos Graus Simbólicos do Rito, onde foi iniciado em 1973 e Venerável Mestre em 1978, como nos Altos Graus do REAA, onde chegou a Grande Inspetor Geral em 1986. Presidente dos diversos Altos Corpos, foi coroado *Membro Efetivo* em 1991, exercendo os cargos de *Grande Secretário do Interior Adjunto* (1989), *Grande Secretário Geral do Santo Império* (1998), *Grande Ministro de Estado* (2001), *Lugar Tenente Comendador* (2012) e, finalmente, *Soberano Grande Comendador* em 2018.

Parece incrível que um profissional de sucesso como ele ainda tenha conseguido tempo para ainda mais funções no *Supremo Conselho*, mas assim tem sido. Ele é o *Grande Representante* dos *Supremos Conselhos de Israel, Suíça e Colômbia*. No Brasil, é *Membro das Grandes Lojas* dos Estados do *Amazonas, Espírito Santo, Pernambuco, São Paulo, Maranhão e Distrito Federal*. Além dessas, é *Membro Honorário* das *Grandes Lojas* dos Estados da *Paraíba* e do *Rio Grande do Sul*. É ainda *Grande Oficial de Honra* das *Grandes Lojas* de *Sergipe, Paraíba e Pará*, bem como *Grande Oficial Honorário* do *Grande Oriente de Minas Gerais*.



A cerimônia de posse foi um evento brilhante, como pode ser visto na reportagem da *Astréa News* de abril, a que nos referimos, contando com a presença dos *Membros Efetivos* que vieram de todo o Brasil, além dos residentes no Rio de Janeiro: **Francisco Antônio Gonçalves Dias**, 33º; **Adelman de Jesus França Pinheiro**, 33º; **Maurício Soares**, 33º; **Carlos Antônio de Almeida Deveza**, 33º; **José Alves de Alencar**, 33º; **Sérgio Antônio Medeiros Vieira**, 33º; **José Francisco Ribeiro Lopes**, 33º; **Jorge Alexandre Pimentel Mege**, 33º; **Anderson Pinto Verçosa Simões**, 33º; **Antônio Luiz Corrêa**, 33º; **Carlos Roberto Roque**, 33º; **Francisco “Bonato” Pereira da Silva**, 33º; **Ayla Quintaes Freitas Lima**, 33º; **José Linhares de Vasconcelos Filho**, 33º; **Rubens Marques dos Santos**, 33º; **Wilson Filomeno**, 33º; **João Antônio Aidar Coelho**, 33º; **Rui Sílvio Stragliotto**, 33º; **Irineu Ramazoti**, 33º; **Manif Antônio Torres Julio**, 33º; **Licínio Leal Barbosa**, 33º; **Malba Tahan Macedo Santos**, 33º; **Ronaldo de Brito Leite**, 33º, e **Ailton Elisiário de Souza**, 33º, *Membro Emérito*.

Do exterior, prestigiaram o evento o *Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho de Portugal*, **Agostinho Fernandes Garcia**, 33º; o *Gran Orador Ministro de Estado do Supremo Conselho do Paraguai*, **Alejandro B. Dedoff**, 33º.

O evento simultâneo da *Conferência dos Grão-Mestres das Grandes Lojas*, em Tocantins, impediu que muitos Grão-Mestres pudessem estar presentes. Ainda assim, tivemos conosco os Grão-Mestres das *Grandes Lojas da Paraíba*, **José Reinaldo Camilo de Souza**, 33º, e do *Rio de Janeiro*, **Paulo Roberto Ribeiro Lemgruber**, 33º, lamentavelmente há pouco falecido. A *Grande Loja do Rio Grande do Sul* foi representada pelo *Grão-Mestre Adjunto*, **Tadeu Gomes Xavier**, 33º, e o *Grande Oriente do Rio de Janeiro*, por seu *Grão-Mestre Adjunto*, **Jorge Melo Gouvea**, 33º. Completaram a plateia muitos *Grandes Inspetores Litúrgicos*, *Delegados Litúrgicos* e *Presidentes dos Altos Corpos*.

Foram empossados em seus respectivos cargos os seguintes *Membros Efetivos*: **Adelman de Jesus França Pinheiro**, 33º, Lugar Tenente Comendador; **José Alves de Alencar**, 33º, Grande Ministro de Estado; **Anderson Pinto Verçosa Simões**, 33º, Grande Secretário Geral do Santo Império; **Carlos Antônio de Almeida Deveza**, 33º, Grande Secretário do Interior do Santo Império; **Maurício Soares**, 33º, Grande Tesoureiro do Santo Império; **Sérgio Antônio Medeiros Vieira**, 33º, Grande Chanceler da Guarda do Selo; **Antônio Luiz Corrêa**, 33º, Grande Mestre de Cerimônias do Santo Império e Grande Ajudante Geral;

Jorge Alexandre Pimentel Mege, 33º, Grande Hospitaleiro e Grande Tesoureiro Adjunto; **José Francisco Ribeiro Lopes**, 33º, Grande Capitão das Guardas; **João Antônio Aidar Coelho**, 33º, Grande Porta Espada; **Malba Tahan Macedo Santos**, 33º, Grande Porta Bandeira; **Ronaldo de Brito Leite**, 33º, Grande Arquiteto; e **Irineu Ramazoti**, 33º, Grande Mestre de Harmonia. Para o cargo de Grande Porta Estandarte Adjunto, **Mário Melo Soares**, 33º.

Como reportado na *Astréa News*, um momento que merece destaque na reunião foi a presença do Sereníssimo Grão-Mestre da *Grande Loja Maçônica do Estado do Rio de Janeiro*, **Paulo Roberto Ribeiro Lemgruber**, 33º, Mesmo envolvido em outro evento, não

mediu esforços para chegar à reunião, atendendo ao honroso convite, de parte do novo Soberano Grande Comendador. Calorosamente, recebido por todos os presentes, selando um momento histórico da Maçonaria Carioca, encerrou um hiato de 18 anos, em que as relações de sua Potência com o *Supremo Conselho* estiveram prejudicadas. O Sereníssimo Grão-Mestre **Paulo Roberto Ribeiro Lemgruber**, 33º, acompanhado por seu Grão-Mestre Adjunto, **Nelson Lopes Ribeiro**, 33º, permitem esperar um novo, fraternal e produtivo relacionamento.

Assim, fortalecido por uma transição natural e tranquila, o *Supremo Conselho* prepara seus 190 anos, rumo a um promissor bicentenário. ▲



Um longo hiato se encerra nas relações entre o Supremo Conselho e a GLMERJ com a presença histórica do GM Paulo Roberto Ribeiro Lemgruber e do GM Adjunto Néilson Lopes Ribeiro na posse do SGC Jorge Luiz de Andrade Lins.



Sendo a Maçonaria uma instituição familiar, acima de tudo, nada mais justo do que o SGC Jorge Luiz de Andrade Lins compartilhasse sua alegria com sua esposa, Livia Mazzei Moura de Andrade Lins e sua filha, Mariana Lins.





O Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito no Brasil

Administração Conde de Lages (1840-47)

Ir.: **Francisco “Bonato” Pereira, 33º**
Membro Efetivo

3. A Administração Conde de Lages

João Vieira de Carvalho, Lugar Tenente Comendador no final da Administração **Andrada Machado**, foi eleito a 20 de maio de 1840 para dirigir o **Supremo Conselho para o Império do Brasil do REAA**, na sua terceira Administração, iniciada com a posse a 20 de maio e que se estendeu a 11 de novembro de 1847, com a seguinte composição: SGC **João Vieira de Carvalho**, Conde de Lages; LTC **Manoel Pereira Valongo de Lacerda**, Capelão da Corte (1840-41); LTC **Honório Hermeto Carneiro Leão**, Marques do Paraná (1841-42); ME **Thomaz José Pinto Cerqueira**; GSG-SI **João da Costa Brito Sanches** (1840-41); GSG-SI **Agostinho Moreira Guerra** (1841-42); GSG-SI **João Huet de Bacellar Pinto Guedes** (1842-42); GSG-SI **João da Costa Brito Sanches** (1844-1847). Os demais Membros efetivos eram Albino Gomes Guerra de Aguiar, Antônio Pereira Barreto Pedroso, Fernando José da Rocha, Francisco de Paula e Vasconcelos, Gabriel Ferreira da Cruz, João Carneiro Campos, João Pinto de Miranda, Joaquim Candido Soares de Meirelles, J. Duvivier, Lázaro José Gonçalves, Lourenço Caetano Pinto, Luiz Ribeiro Peixoto e Thomaz José Tônico D’Almeida. (PROBER, p. 51)



O Irm. **Francisco “Bonato” Pereira**, 33º PGM, escritor e historiador, além de Membro Efetivo do **Supremo Conselho de Mário Behring**, é Soberano Grande Inspetor Litúrgico da 1º Inspeção Litúrgica **Mário Mello**, de Pernambuco.

Nos números anteriores da Revista **Astréa**, publicamos a Introdução da **História do nosso Supremo Conselho do REAA do Grau 33 da Maçonaria para a República Federativa do Brasil** no número 40 e, no número 41, o registro da **Instalação**, a **Administração Montezuma** (1832-1835) e a **Administração Andrada Machado** (1835-1840).

Nesta sequência, abordaremos a **Administração Conde de Lages** (1840-47).

Os membros da Administração **Conde de Lages**, como os da Administração **Andrada Machado**, eram pessoas de relevo na Corte – Capelão da Corte, Ministros do Império, Diplomatas, Oficiais dos Ministérios e Oficiais Gerais do Exército Imperial. Elas deram ao Corpo Maçônico grande destaque na sociedade, alcançando vinte e dois membros ativos.

O Supremo Conselho do REAA em Portugal (1841)

A primeira realização externa do **Conde de Lages** foi promover a criação do **Supremo Conselho do REAA** em Portugal. O Grão-Mestre do **Grande Oriente Lusitano**, **Antonio Bernardo da Costa Cabral**, mais seis membros da Administração dirigiram correspondência ao **Conde de Lages**, informando-o de que o Corpo estava disposto a ser tornar Potência mista e pediram autorização para fundar um **Supremo Conselho** do Rito. O pedido foi atendido com a investidura de **Antonio Bernardo da Costa Cabral (Fenelon)** como Grande Inspetor Geral, Gr. 33, em 9 de novembro de 1841, com autorização (isto é, *Patente*) para investir outros no Grau 33 e, com estes, formar o **Supremo Conselho do REAA** em Portugal. **Bernardo Cabral**, por sua vez, elevou ao





Grau 32 e investiu no Grau 33 a Joaquim Moura de Almeida Coutinho, Bartolomeu Mártires Dias e Souza, João de Deus Antunes Pinto, Francisco Armes de Carvalho, Conde de Cunha, Visconde de Oliveira, Joaquim José Falcão e José Bernardo Cabral. Estes instalaram o *Supremo Conselho para Portugal*, sendo Antonio Bernardo da Costa Cabral eleito Soberano Grande Comendador e Joaquim Moura de Almeida Coutinho, seu Lugar Tenente Comendador.

(PROBER, p. 55-7)

Tratado de União entre o *Supremo Conselho para o Império do Brasil* e o *Grande Oriente Brasileiro* (do Passeio)

O ato mais relevante da Administração Conde de Lages foi a fusão do *Supremo Conselho* com o *Grande Oriente Brasileiro*, também chamado de *Grande Oriente do Passeio*, celebrado a 4 de novembro de 1842 e ratificado pela Assembleia do *Grande Oriente Brasileiro* a 21 de novembro de 1842 e pelos membros do *Supremo Conselho* a 5 de dezembro de 1842. O tratado foi assinado, por parte do Supremo Conselho, por Thomaz José

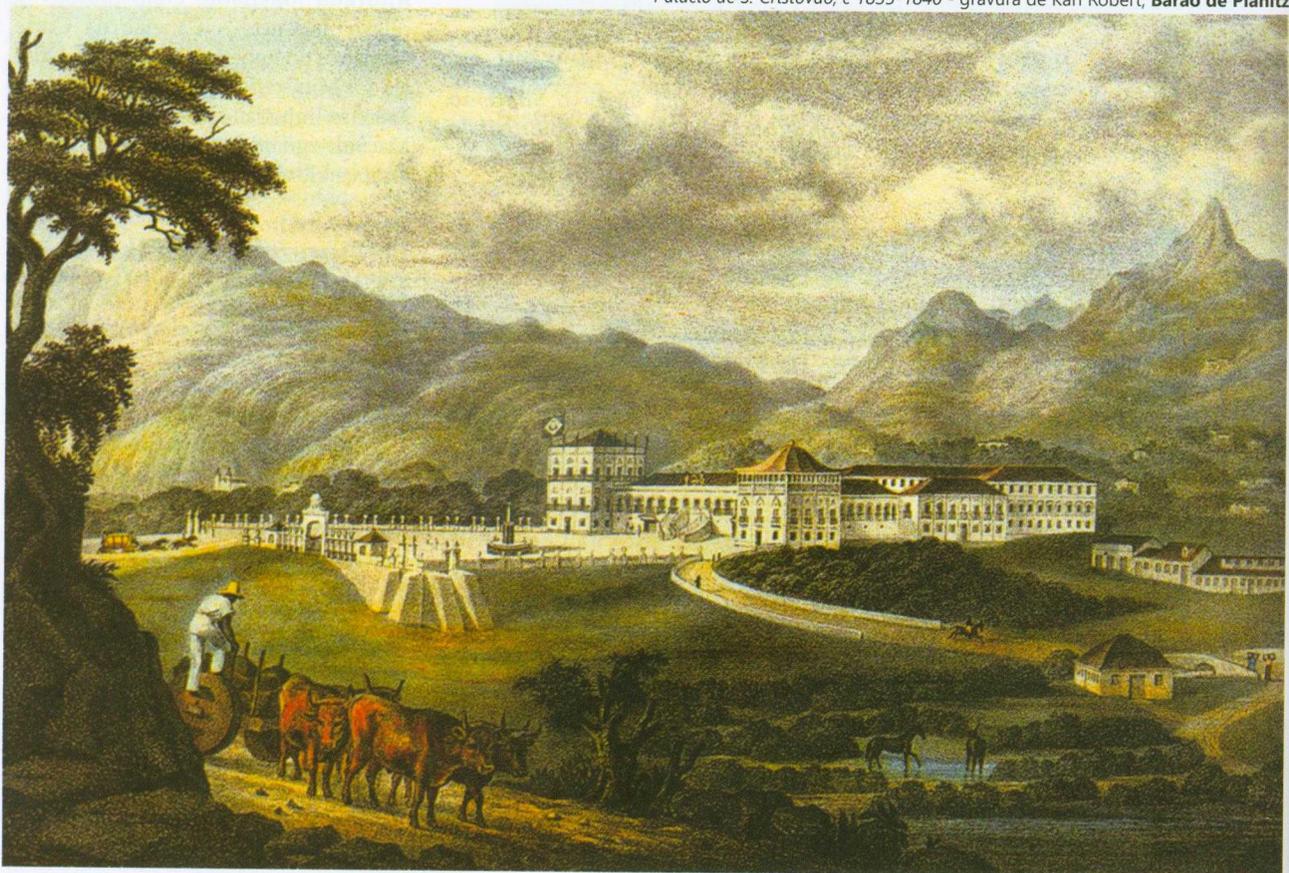
Tinoco de Almeida, membro efetivo Grande Tesoureiro, Thomaz José Pinto de Serqueira, Membro efetivo e Grande Ministro de Estado e João Huet Bacela Pinto Guedes, Grande Secretário Geral do Santo Império. Por parte do *Grande Oriente Brasileiro*, ao Vale da Rua do Conde (Passeio) assinaram Gabriel Ferreira da Cruz, Procópio Alarico Rezende Ribeiro, Grande Secretário e André José de Campos Tupinambá Grande Hospitaleiro.

Esse Tratado de União criou a Potência Maçônica do Rito Escocês Antigo e Aceito para todo o Império do Brasil com o título de *Mui Poderoso Supremo Conselho ao Grande Oriente Brasileiro do Rito Escocês Antigo e Aceito*, regido por Estatutos e Regulamentos Gerais existentes e reconhecidos e composto por trinta membros, podendo o número ser elevado a trinta e três quando conveniente. Os trinta membros iniciais escolhidos – quinze dentre membros do Supremo Conselho e quinze dentre integrantes do Grande Oriente Brasileiro – incluíam as Grandes Dignidades, o Grande Ministro de Estado, o Grande Secretário Geral e Grande Tesoureiro do *Supremo Conselho* e as cinco Grandes Dignidades do *Grande Oriente Brasileiro*.

*Conde de Lages 33.:
Sob.: Gr.: Com.:*

O Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, por volta de 1840, em meio à imponente paisagem ainda virgem.

Palácio de S. Cristóvão, c 1835-1840 - gravura de Karl Robert, Barão de Planitz





Medalha comemorativa da Maioridade de D. Pedro II. Sua ascensão ao trono pôs fim a um período difícil e trouxe finalmente o Brasil ao século XIX.

Soberano Grande Comendador, sem cargo no simbolismo. O Marques de Sapucaí foi eleito Lugar Tenente Comendador e permaneceu como Grão Mestre, dirigindo o simbolismo. A situação perdurou até 1846, quando **Cândido José de Araújo Viana** renunciou ao Grão Mestre, se desfilou do *Grande Oriente do Passeio* e se filiou ao *Grande Oriente do Brasil*. A saída de Viana decorreu, segundo registros, da ambição de **João da Costa de Brito Sanches**, GSG-SI, em ocupar os cargos de SGC e de Grão Mestre, apoiado pelo GME **Thomaz Pinto de Cerqueira**. A *Loja 18 de Julho* acompanhou o GM. Em janeiro de 1846, se desfilou do *GO Passeio* e se filiou ao *GOB. Januário*, o elemento conciliador, seriamente doente, não pode intervir. Agravada a situação, o **Conde de Lages**, doente e sem condições de administrar o *Supremo Conselho*, fez seu sucessor o companheiro de armas **Luiz Alves de Lima e Silva**, o **Conde de Caxias**.

(PROBER, p. 62-3)

O emissário cumpriu a missão. Demonstrou com documentos que **Montezuma**, em 1835, fora afastado da direção do *Supremo Conselho* agora dirigido pelo **Conde de Lages**.

(PROBER, p. 62-3)

A nova Administração do Supremo Conselho ao Grande Oriente Brasileiro do REAA

O Corpo misto, resultando do Tratado de União, intitulado *Mui Poderoso Supremo Conselho ao Grande Oriente Brasileiro do Rito Escocês Antigo e Aceito*, reestruturou sua Administração, registrada no Decreto de 5 de maio de 1844, com a seguinte composição: SGC **João Vieira de Carvalho**, **Conde de Lages**; LTC **Cândido José de Araújo Viana**, Marques de Sapucaí (1842- 1847); GME **Thomaz José Pinto Cerqueira**; GSG-SI **João Huet de Bacelar Pinto Guedes** (1842-1844); GSG-SI **João da Costa Brito Sanches** (1844- 1847); **Grites Gabriel Ferreira da Cruz** (1842-1847) e **Gr Chanc - Luiz Ribeiro Peixoto** (1842-1847). Outros Membros efetivos eram Antônio Correa Seara, Joaquim Fragoso de Souza, Felizardo José Tavares, Francisco de Paula e Vasconcelos, José da Rosa Salgado, José Gonçalves Vitória, Joaquim Candido Guilhobel, Joaquim José de Oliveira, Lázaro José Gonçalves, Lourenço Caetano Pinto, Manoel Antonio da Fonseca e Costa.

(PROBER, p. 57-68.)

O **Conde de Lages** se manteve como

O Cisma no Grande Oriente do Passeio (maio 1846)

Brito Sanches, sentindo que suas pretensões não eram acolhidas pela maioria dos Obreiros, reuniu quatro Lojas dissidentes - *Firmeza e União II, Perfeita Amizade, Asilo e Fraternidade e Sete de Abril* e compôs três Lojas com Obreiros isolados - *Segredo e Amizade, Segredo e Federação e Socorro da Humanidade* -, formando com estas novo Corpo Maçônico, de efêmera duração.

(PROBER, 71)

Nesse interim, houve eleição no *Grande Oriente do Passeio* a 25 de maio de 1846, sendo eleito Grão-Mestre o Senador **Manoel Alves Branco**, que almejava ser dirigente do *Supremo Conselho*, não se satisfaz em ocupar o cargo de Lugar Tenente Comendador. Com **Cândido de Araújo Viana Alves Branco**, seguiu o caminho de **Brito Sanches** e, com um grupo de simpatizantes, fundou um *Supremo Conselho* e se auto elegeu SGC,



O Tratado de União, ratificado pelas assembleias, teve o instrumento assinado, no âmbito do Grande Oriente, a 21 de novembro de 1842, pelo Grão Mestre **Candido José de Araújo Viana**, 33 (Marques de Sapucaí), pelo 1º Grande Vigilante **Luiz Carlos Correa da Silva**, 33, pelo 2º. Grande Vigilante **José Gonçalves Victoria**, 33, pelo Grande Orador **Januário da Cunha Barbosa**, 33, pelo Grande Secretário **Procópio Alarico Rezende Ribeiro**, 33, e certificado e selado pelo Grande Chanceler Guarda dos Selos **Camilo Rodrigues Branco**, 30. No âmbito do Supremo Conselho, a 5 de dezembro de 1842, foi assinado pelo SGC **João Vieira de Carvalho**, Conde de Lages, 33, pelo GSG SI **João da Costa de Britto Sanches**, 33, pelo GME **Thomaz José Pinto Serqueira**, 33, e pelo Grande Tesoureiro **Thomaz José Tinoco de Almeida**, 33.

Esse Tratado de União e de Aliança foi jurado guardar e fazer guardar, sujeitando os signatários às penas cominadas no grau de Aprendiz Maçom, com os signatários do Tratado assinando esse Jramento. Além deles, o Tratado também foi jurado pelos dirigentes das Lojas Simbólicas e Corpos Filosóficos,

(PROBER, p. 57-61)

Restabelecidas as relações com o Supremo Conselho da França

O **Conde de Lages**, tomando conhecimento de que **Montezuma**, servindo na Inglaterra com Embaixador, pleiteava reconhecimento do *Supremo Conselho da França* para um Supremo Conselho por ele dirigido, enviou **Paulo Carvalho de Moraes**, 33, como emissário à França para impedir que se consumasse a fraude.

tendo o Senador **Aureliano de Souza Oliveira Coutinho** como SGC de Honra. **Alves Branco** e **Aureliano Coutinho** não foram, em qualquer momento, dirigentes do **Supremo Conselho do REAA para do Brasil**, fundado por **Montezuma** e dirigido pelo **Conde de Lages**. Na época da eleição daqueles (maio de 1846) o Supremo Conselho do REAA já se desligara do Grande Oriente do Passeio.

Biografia do Conde de Lages

João Vieira de Carvalho, Conde de Lages, o terceiro Soberano Grande Comendador, nasceu em Olivença, Portugal, em 16 de novembro de 1781, filho do Tenente General João Vieira de Carvalho e de Joana Vicência da Silva. Seu filho, **Alexandre Vieira de Carvalho**, seria o 2º Conde de Lages. Sentou praça aos sete anos (1796) e estudou no Colégio dos Nobres (Portugal), fundado por **Pombal** para jovens aristocratas. Militar de Carreira e Engenheiro Militar, Alferes em 1801, participou da Guerra da Península (1807-1814), entre a França de **Napoleão Bonaparte** e a Espanha contra o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e o Reino do Brasil, Portugal e Algarves. Estava em jogo o domínio da península ibérica. Quando os franceses invadiram Portugal,

o Brasil (1808). **João Vieira de Carvalho** veio com a família real para o Brasil, onde participou de campanhas militares no Uruguai, em 1811 e 1812, e depois, também no Uruguai, da Guerra contra **Artigas**, de 1816-1820. Após a Batalha de Catalão foi promovido a Tenente-Coronel.

Proclamada a Independência do Brasil, optou pelo Brasil, e recebeu a nacionalidade brasileira. Nomeado Ministro da Guerra em 28 de outubro de 1822, implantou a fábrica de pólvora na Estrela e comandou o Forte de São João. Foi promovido a Brigadeiro em 1824 e a Marechal em 1827. Agraciado com o título de Barão de Lages, recebeu depois o de **Conde** (1828) e o de **Marques** (1845). Como fidalgo da Casa Imperial, recebeu a *Ordem do Cruzeiro*. Conselheiro de Estado (1826), foi Ministro da Guerra em nove ocasiões. Defensor da maioria de **D. Pedro II**, recebeu, a Grã-Cruz da *Ordem de Avis*. Foi Senador do Império pela província do Ceará de 1829 a 1843 e seu presidente de 1844 a 1846. Liberado do Ministério da Guerra em 18 de maio de 1840, o **Conde de Lages** retornou ao seio do **Supremo Conselho** sendo eleito Soberano Grande Comendador.

Veio a falecer a 1º de abril de 1847, na cidade do Rio de Janeiro.

(MACEDO, 1876)

Biografia do Visconde e Marquês de Sapucaí

Candido José de Araújo Viana nasceu em Nova Lima, Minas Gerais, a 15 de setembro de 1793, filho do Capitão-Mor Manoel de Araújo da Cunha e de Mariana Clara da Cunha.

Estadista, magistrado e político, foi bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra em 1821. Regressando ao Brasil, no mesmo ano foi nomeado Juiz de Fora e, no ano seguinte, Provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes e Capelas,

ambos para Mariana. Foi Desembargador do Tribunal da Relação de Pernambuco (1826), Desembargador do Tribunal da Relação da Bahia e Ministro da Suprema Corte de Justiça (1849), cargo que exerceu por 11 anos. Além disso, foi Deputado Constituinte (1823-1829), Deputado Geral por Minas Gerais (1830-1839), Presidente da Província de Alagoas (1828-1829) e da Província do Maranhão (1829-1932), Ministro da Fazenda (1832-1834), Ministro da Justiça (1833), Senador por Minas Gerais (1840-1875), Ministro do Império (1841-1843), e Presidente do Senado (1851-1853). Membro fundador do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1836), que presidiu por trinta anos. Preceptor Imperial (1839) - mestre de Literatura e Ciências Positivas do Príncipe **D. Pedro de Alcântara**, depois mestre da **Princesa Isabel**. Ministro do Império no Gabinete Conservador (1841-1843). Condecorado Dignitário da *Imperial Ordem de Cristo*, da *Ordem da Rosa*, da Grã-Cruz da *Ordem Militar da Torre e Espada*, da *Lealdade e do Mérito* e da *Legião de Honra*. Recebeu do Imperador **Pedro II** os títulos de **Visconde** (1854) e o de **Marquês de Sapucaí** (1872). Conselheiro de Sua Majestade, Gentil-Homem da Imperial Câmara e Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial. **Candido Araújo Viana** foi iniciado no REAA por **David Jewett** (1837) na Câmara do REAA no **Grande Oriente Brasileiro do Passeio**. Regularizado no REAA na ocasião do Tratado de União (1842) entre o **Supremo Conselho para o Império do Brasil do Grau 33**, pelo **Conde de Lages**, nomeado membro efetivo e eleito Lugar Tenente Comendador do Corpo. Faleceu no Rio de Janeiro (Corte), a 23 de janeiro de 1875, sepultado no Cemitério da Ordem de São Francisco de Paula, no bairro do Catumbi.

(continua)

Culto e refinado, poliglota, o Grão-Mestre Marquês de Sapucaí – ou Sapucahy, na ortografia da época – era também compositor. Que o Sambódromo carioca tenha sido construído na avenida com o nome dele não deixa de ser justiça poética.





Por que é preciso estudar História?

Ir.: João Guilherme C. Ribeiro, 28º

A pergunta virá, inevitavelmente, de tão óbvia que parece. O que tem a ver a Revolução Constitucionalista de 1932 com o Rito Escocês? Afinal, poderá dizer você, a *Astréa*, como revista oficial do **Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito da Maçonaria para a República Federativa do Brasil**, não deveria concentrar-se exclusivamente nele?

Socraticamente, eu poderia responder essas perguntas com outras: desde quando a Maçonaria impõe limites à investigação da verdade? Ou, ainda, desde quando o que diz respeito ao Brasil não é do interesse da Maçonaria em geral e do Rito Escocês em particular, não é verdade?

Até onde isto é verdade?

“O brasileiro é um povo pacífico, por isto não reage”. Quantas vezes você já ouviu essa tolice? O professor, historiador e jornalista **Hernâni Donato** (1922-2012) desmente essa tolice. Em seu livro *Dicionário das Batalhas Brasileiras*, diz ele:

“Popularizou-se noção muito facilitada a respeito de como se formou esse país. Até

aceita-se que a independência tenha custado não mais do que um grito. Também é comum o afirmar que 'Deus é brasileiro', o que teria predisposto o povo a resolver pendências antes pela ênfase das palavras do que pela contundência da força. Que as conquistas nacionais, pequenas e grandes, são alcançadas por consenso, sem derramamento de sangue; que 'somos gente cordial e pacífica', naturalmente inclinada a tornar as lutas civis menos cruas e ferozes do que as combatidas em outras terras.”

Desmentindo cabalmente tudo isto, ele apresenta mais de 2.000 combates, entre escaramuças, lutas, batalhas e guerras em que correu o sangue de brasileiros, de 1500 até 1973!

Então, se assim é, de onde vem essa falácia que um conhecimento mais atento da História desmente tão fragorosamente?

Hoje, nesse Brasil que desperta da letargia e do desinteresse político que geraram os desmandos e os prejuízos que tanto nos atingem, o saber das coisas é essencial. Mais ainda para os Maçons, a não ser que desejem escorregar para o limbo das inutilidades.

Os detalhes permitem entender o todo

Nos anos trinta, as democracias ocidentais pareciam estar em seu ocaso. Teorias totalitárias agressivas, como o comunismo, o fascismo e o nazismo, pareciam vigorosas, fadadas a triunfar sobre democracias supostamente decadentes e pusilânimes. Em um Brasil semi analfabeto, elas pareciam ganhar terreno entre as massas, aproveitando-se da ignorância

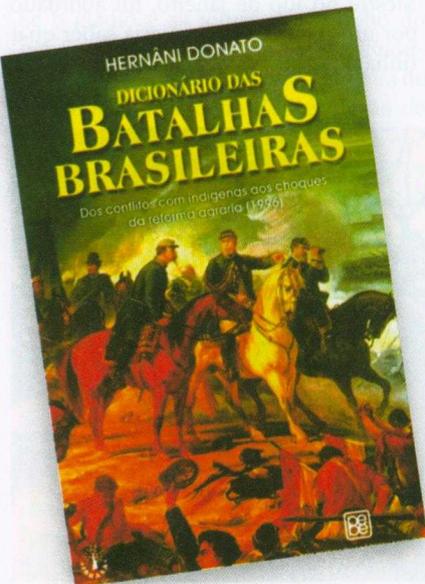
Brasileiros, um povo pacífico? Nem tanto. Pelo menos, é o que demonstra nossa História!

para propor soluções simples para a condução a um quimérico paraíso na terra. Vivia-se sob uma república proclamada e dominada por oligarquias regionais, escravocratas e alto clero ressentidos – os primeiros com a abolição da escravatura que os falira e os segundos com a questão religiosa que os “desrespeitara”.

Esses segmentos, em 1889, aliados a adeptos de teoria já fora de moda na França, onde surgira, organizaram o golpe que substituíra a monarquia parlamentarista, legítima e sem censura – aliás a única nas Américas, que consolidara o Brasil no país continente que somos –, por mais uma *banana republic*, sempre à mercê de golpes e revoluções...

A derrubada da chamada *República Velha*, em 1930, coincide com o advento do rádio e da rápida evolução dos mecanismos de comunicação de massa, habilmente aproveitados por um dos mais habilidosos entre os políticos brasileiros, **Getúlio Vargas**.

Centralizando o poder, utilizando esses meios e monitorando através de censura rigorosa, ele consegue neutralizar os movimentos ideológicos pela concessão de benefícios às massas operárias, com a criação de sindicatos tutelados e sustentados pelo governo e, importantíssimo, com o culto da personalidade, este desenvolvido mesmo nos pequenos detalhes, principalmente após a criação do **DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda**, criado em 1939, diretamente ligado à Presidência da República.





O culto à personalidade cuidava dos mínimos detalhes, como a capa dos cadernos escolares. Nas repartições públicas e no comércio havia sempre o retrato do presidente. Virginia Lan "caso" notório do Presidente, recebeu dele o título de Vedete do Brasil, o que contribuía para compor o mito.

Duas iniciativas servem para ilustrar a ação centralizadora e doutrinária de Vargas.

Não ao “regionalismo” e sim ao trabalhador!

Vamos à primeira delas. Após o golpe de 10 de novembro de 1937, foi implantado o *Estado Novo*. Logo depois, em 27 do mesmo mês, uma pomposa cerimônia em praça pública, no Rio de Janeiro, as bandeiras estaduais – “símbolos estaduais do sentimento regionalista” – foram incineradas e banidas, para significar “o fim das divergências regionais”. Daí por diante, até 1946, só a Bandeira Nacional poderia tremular em território nacional, simbolizando a unidade nacional sob o regime de Vargas! A única exceção foi a bandeira do Acre, a original da revolta liderada por Plácido de Castro, que está guardada no Museu da República, no Palácio da República, aqui no Rio de Janeiro. É que, naquele tempo, o Acre era ainda um território, não um Estado

Faz sentido, se você pensar bem. O “velhinho” era um estadista consumado, apesar de todos os defeitos...

A outra medida é mais sutil. No velho Rio de Janeiro, herança ainda dos velhos tempos coloniais, o malandro tinha notoriedade popular. O compositor Wilson Batista compôs um samba em 1940, *O Bonde de São Januário*, cuja letra original dizia: *O bonde de São Januário / leva mais um sócio otário / só eu não vou trabalhar*, uma apologia da malandragem. Mas a letra foi censurada pelo DIP e daí nasceu a nova versão, apologia do trabalho: *Quem*

trabalha é quem tem razão / Eu digo e não tenho medo de errar / O Bonde de São Januário leva mais um operário / Sou eu que vou trabalhar / Antigamente eu não tinha juízo / Mas hoje eu penso melhor no futuro / Graças a Deus sou feliz vivo muito bem / A boemia não dá camisa a ninguém / Passe bem!

Aos poucos, do mesmo modo que a República Velha sufocara a memória da Monarquia, o governo ditatorial de Vargas sufocara a memória das centenas e centenas de rebeliões que forjaram o Brasil no que ele é. O povo, agora, era “pacífico, ordeiro e trabalhador”...

Entendendo a tal “decadência”

O Irmão William Almeida de Carvalho, erudito e internacionalmente aclamado, é autor de uma das mais expressivas sínteses sobre as relações da Maçonaria nas sociedades do Novo Mundo, tanto latinas como anglo-saxônica. É notável a visão global que ele nos permite em sua palestra *A Crise Política e a Decadência da Maçonaria no Brasil*. Ele desenvolveu uma teoria, a das *Elites Estratégicas*, que

explica bem a queda de influência da Maçonaria na sociedade.

Como podemos ter decaído do “Ministério de Maçons” da República Velha, a oferecimento do Grão-Mestrado a Secretário de Segurança de Vargas, Coronel Benício, que nem Maçom era? Essa queda vertiginosa e inexplicável é difícil de entender sem que se conheça o contexto histórico. É aí que a análise de William permite entender o que ocorreu.

É certo que devemos levar em consideração a transformação da sociedade pela avassaladora comunicação instantânea em muitas formas, principalmente nos grandes centros urbanos, que concentram hoje 80% da população. Quantas quantas vezes ouvimos dizer que a melhor Maçonaria se faz no interior. Realmente, lá sua influência é muito mais perceptível, qualitativa e quantitativamente falando. A decadência não é sentida dessa forma. Simplesmente a Ordem se faz mais visível para as sociedades locais, mais significativa e mais integrada. Mas, como o William ressalta, sem esse salto qualitativo, não há como reverter a tendência. E esse salto qualitativo começa no indivíduo, aquele que, no passado, fora o vetor do *Iluminismo*.

Falta de compromisso

Em 1992, na festa da posse de um Grão-Mestre no Rio de Janeiro, fui abordado por um repórter. Ele queria saber qual tinha sido a primeira Loja maçônica bra



10

Na cremação pública das bandeiras estaduais, a de São Paulo evocava memórias dolorosas de uma triste guerra civil.



sileira. Perguntei a ele se regular ou irregular. Ele perguntou qual a diferença. Eu expliquei e disse que a primeira Loja irregular foi criada na Bahia, provavelmente e que a regular, com carta dada pelo **Grande Oriente de França**, foi a União ou Reunião, aqui no Rio de Janeiro, em 1800 ou 1801. Ele me olhou meio desconfiado e perguntou se eu tinha mesmo certeza, porque tinha perguntado a um monte de gente de terno preto e ninguém soube responder. Quer dizer, ignoravam sua própria história...

Ora, se o fundamento maior da Maçonaria, o mais importante de todos, é o aperfeiçoamento da sociedade pelo aperfeiçoamento do homem, como pode um Maçom ser um vetor desse aperfeiçoamento se permanece ignorante?

Para amar, é preciso conhecer

Levi muito tempo ilustrando as bandeiras e os brasões para meu livro **Bandeiras que Contam Histórias**. Fiquei impressionado com o mundo de significados que encerram, tanto na escolha das cores como dos elementos, e traduzem muito das intenções, aspirações e características que nos permitem entender o etos, a alma dos Estados e seu povo.

Se a âncora do brasão amazonense recorda as grandes estradas fluviais do Estado, o rosa da bandeira do Espírito Santo lembra a representação heráldica da aurora.

Se a lanterna de mineiro e a picareta do brasão de Minas Gerais reflete a vocação do Estado, as colunas maçônicas no brasão da República Riograndense, que se eternizaram na bandeira do Estado, lembrando não apenas a condição dos revoltosos Farroupilhas, mas também o vulto do grande Pacificador.

Se o gládio e as folhas de carvalho do brasão de São Paulo nos remetem à República Romana, nas estrelas da bandeira de Pernambuco, herdeira da Revolução de 1817, está a associação às Províncias e depois aos Estados tal como nas duas bandeiras nacionais brasileiras, a de 1822 e 1889.

Os romanos chamavam esses detalhes de *triviae*, quer dizer, coisas triviais.

Porém, são essas coisinhas triviais que constroem esse acervo individual a que chamamos cidadania.

Se levarmos em consideração que as grandes coisas são formadas das pequenas, que Maçonaria é tradição e direito consuetudinário, onde se a lei se baseia e fundamenta nos precedentes e evolui naturalmente com a sociedade, fica difícil



Bandeiras são muito mais do que simples pedaços de pano colorido. As cores das bandeiras e os elementos que figuram nos brasões e bandeiras estaduais têm razão de estar lá. Eles são história viva e um legado que a nenhum brasileiro deve ser desconhecido.



aceitar e, muito menos ainda, entender que os Maçons se contentem em não saber.

Pois é, meu Irmão. Herdamos um país enorme, um verdadeiro continente. E mal compreendemos nossa herança. E muito menos temos noção de nossa responsabilidade.

Na introdução do meu livro, resumo o que penso. Permita que cite a mim mesmo:

“Sem o conhecimento de sua própria história, um povo é órfão. Ignorando suas raízes, não cultivando seus valores próprios, esse povo aceita o que lhe for imposto. Sem senso crítico, torna-se presa fácil para invasões aculturadas de toda sorte, dessas permitidas pela alienação, aceitas e admitidas pela inconseqüência e sofregamente estimuladas pela ganância comercial desenfreada. Um povo nessa situação até sente, intuitivamente, que está sendo espoliado. Porém, escapa-se-lhe a percepção tanto das causas como dos causadores dessa espoliação. A resistência eventual que oferece torna-se inconsistente e ineficaz, produzindo uma frustração que acaba por transformar-se em complexo de inferioridade. Daí é apenas um passo para a xenofobia estúpida, que o impede de apreciar aquilo que o mundo pode oferecer de melhor. É dessa xenofobia que se alimentam todos os

demagogos e os fanáticos fundamentalistas, sejam lá quais forem suas convicções políticas ou religiões. Os antolhos transformam a ignorância das pessoas e suas frustrações em ódios que as impedem de apreciar e de aprender com outras culturas, outras visões, outras opiniões.

Só a história resgata o respeito próprio de um povo. Fora do conhecimento de suas raízes, não há caminho para a autoestima. E história é uma aventura fascinante. Pode ser drama ou comédia. Pode ser nobre ou mesquinha, altruísta ou abjeta, previsível ou inacreditável. Porém, sempre será rica e variada, tanto quanto nós mesmos, que somos os seus protagonistas.”

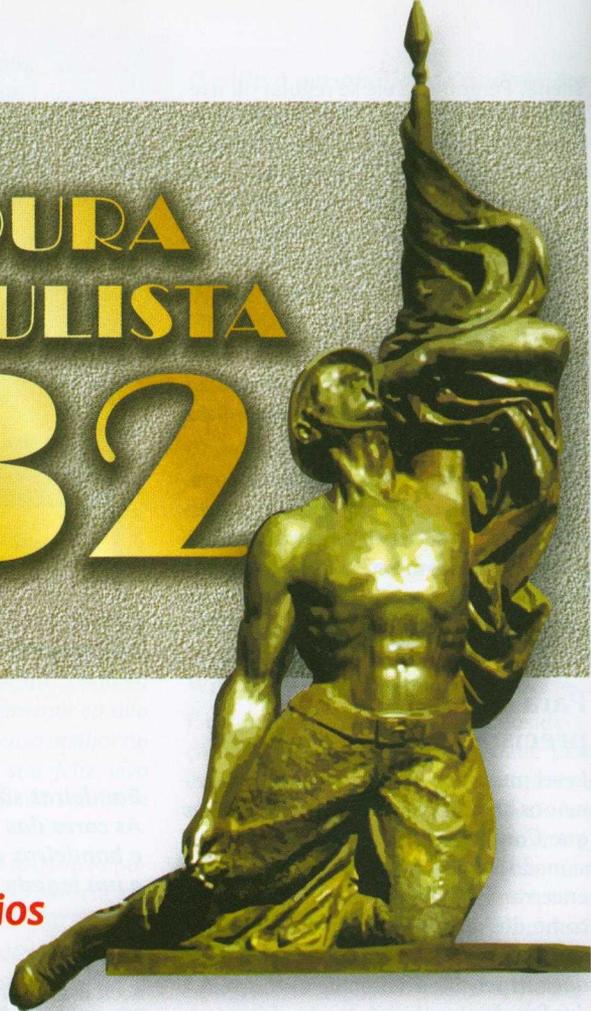
Exatamente aí, no vácuo do desconhecimento de nossa História, na desmemória do nosso passado, reside a fraqueza que resultou no escândalo que tem consumido nossa reputação perante o mundo e nós mesmos.

Por isto, meu Irmão, nossa **Astréia**, rigorosamente na tradição visionária de **Mário Behring**, apresenta a você a leitura que o ilustre historiador **Joaquim da Silva Pires** faz da guerra civil brasileira, que conhecemos como **Revolução Constitucionalista de 1932**.

Tenha uma boa leitura!



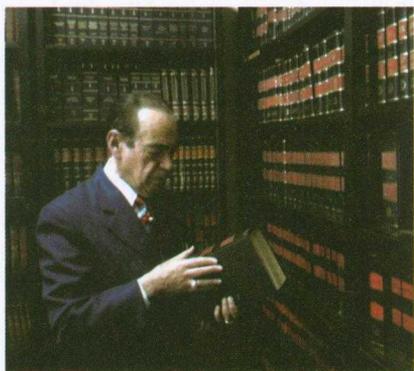
A IMORREDOURA EPOPEIA PAULISTA DE 1932



Ir.: Joaquim da Silva Pires, M.: I.: 33º

Capítulo I

Ano de 1930: indispensáveis comentários sobre os antecedentes históricos



(*) O Irm. Joaquim da Silva Pires, M.: I.:, portador da maior láurea concedida pelo *Grande Oriente do Brasil*, a Augusta Comenda da Ordem de D. Pedro I, é Orador Emérito da ARLS *Estrella da Syria* e Membro Honorário da ARLS *Piratininga*, ambas de São Paulo-SP. Historiador maçônico e ritualista, escreveu sete livros e está preparando um oitavo.

Se longas asas possuíssemos, à semelhança de exuberantes pássaros condoreiros, haveríamos de ruflá-las, harmoniosamente, insuflados pela nossa diáfana imaginação, cuja espiral vertiginosa alongaria nosso devaneio, a fim de que pudéssemos ser testemunhas presenciais de um dos mais ardentes exemplos de heroísmo, dentre todos aqueles de primeira grandeza, cravejados nas páginas da História do Brasil, que foi a imorredoura Epopeia Paulista de 1932.

Sim, na hipótese de que nossa imaginação tivesse miraculosos recursos, conseguiríamos ultrapassar as enigmáticas barreiras do tempo, fazendo com que nos sentíssemos no dia 3 de outubro de 1930, em Porto Alegre. Naquele dia primavera, veríamos, em destaque, um homem que, propositadamente, durante um mês, iria vestir farda, sem ser militar, conquanto houvesse, nos tempos de jovem, iniciado essa carreira, para a qual não tinha pendores e que, em decorrência, logo abandonou, substituindo-a pela de advogado e de promotor de justiça, antes de se fixar, para sempre, nos escorregadios meandros da política brasileira, na qual foi um autêntico mestre, talvez o maior de todos. Era gaúcho, de São Borja, cidade fundada em 1682, às margens do Rio Uruguai,

onde estão as turísticas ruínas das antigas missões dos padres jesuítas, na divisa com a Província de Corrientes, na Argentina. Fisicamente, possuía pequena estatura, a contrastar com sua grande, enorme, atração pelo poder. Era, desde 25 de janeiro de 1928, o primeiro mandatário do Rio Grande do Sul, o que não lhe bastava. Queria ser o primeiro mandatário do Brasil inteiro, mas o resultado oficial das urnas, em 1º de março de 1930, adiou seu ambicioso escopo.

O dinheiro nunca o fascinou, apesar de ser membro de uma abastada e influente família de estancieiros. Diversamente dos sítudos políticos de sua época, quase sempre desdenhosamente distantes das classes menos favorecidas, ele era muito simpático. Falava pausadamente, após esbanjar cativantes sorrisos e magnetizadores acenos ao povo extasiado, que os retribuía com simultâneas, uníssonas e altissonantes ovações. Naquele dia 3 de outubro de 1930, em que, sob sua liderança, começava uma histórica marcha revolucionária, a partir do Rio Grande do Sul, na direção do Rio de Janeiro, então Capital da República, ele estava com 48 anos de idade, pois nasceu em 19 de abril de 1882 (realmente, 1882, e não 1883, conforme foi apurado após sua morte). Seu nome era Getúlio Dornelles Vargas!



E, para que pudéssemos entender o desenrolar daquela marcha, que alterou os rumos do nosso País, precisaríamos deixar Porto Alegre, deslocando-nos ao Rio de Janeiro. Nossa imaginação não nos abandonaria, permitindo que atingíssemos esse nosso outro pouso em 24 de outubro de 1930. Em tal data, ainda não havia chegado lá a referida marcha revolucionária, quando, antecipadamente, sem a participação de **Getúlio** e de seus comandados, tornaram-na vitoriosa o General **Augusto Tasso Fragoso** (maranhense, de São Luís), o General **João de Deus Menna Barreto** (gaúcho, de Porto Alegre) e o Contra-Almirante **José Isaías de Noronha** (carioca), que, debaixo do maciço e ensurdecido apoio do povo (que invadira os jardins do Palácio Guanabara e que se ia acotovelando junto às escadas, tentando galgá-las), depuseram **Washington Luís Pereira de Sousa**, Presidente da República (representante das forças políticas de São Paulo, mas nascido em Macaé, no Estado do Rio de Janeiro), e, automaticamente, depuseram, **Fernando de Melo Viana**, Vice-Presidente da República (mineiro, de Sabará), cujos mandatos deveriam ir até 15 de novembro de 1930. As dramáticas cenas do ato possuem inegável relevância, seja sob seu ângulo histórico, seja sob seu ângulo psicológico.

Aliás, se não houvesse o risco da ultrapassagem dos limites do nosso foco, registraríamos os pormenores dos acontecimentos, descrevendo seu término. Por isso, em minúsculo resumo, só consignaremos que, **Washington Luís**, dentro de ampla sala de trabalho, circundado por vários ministros e por alguns amigos, em meio a um vozerio, reiterava aos três militares, com firmeza, sua decisão de que não sairia do Palácio. Ao lado, em outra sala, mantendo solidariedade, estava Dona **Sophia Oliveira de Aguiar e Paes de Barros Pereira de Sousa** (paulista, da Capital, esposa do Presidente), com Dona **Florinda Maria Pereira de Melo** (paulista, da Capital, filha do casal). Ambas também afirmaram que não deixariam o Palácio. Persuadiu-as, em sentido contrário, **Antonio da Silva Prado Júnior** (paulista, da Capital), Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, sugerindo-lhes abrigo na residência do falecido Marechal e Senador **Firmino Pires Ferreira** (piauiense, de Barras), onde foram fraternalmente acolhidas por Dona **Lina Pires Ferreira** (maranhense, de São Bernardo do Parnaíba), viúva daquele último. No Palácio, o momento era aflitivo. Em uma última tentativa, a evitar que se consumisse uma tragédia, foi chamado a inter-

vir, conciliatoriamente, Dom **Sebastião Leme da Silveira Cintra** (paulista, de Espírito Santo do Pinhal), Cardeal do Rio de Janeiro, para convencer **Washington Luís** a mudar de ideia. Este último, com a costumeira altivez, já dissera ao General **Augusto Tasso Fragoso**, o líder dos militares, que só sairia morto, porque a vida, naquele momento, era o que ele mais desprezava. O General, perfilado, replicou, sem titubear, que, então, o Presidente seria o responsável pela própria vida e por tudo o que lhe pudesse acontecer. Felizmente, prevaleceu o bom senso, porque o Cardeal conseguiu convencer o deposto Presidente a deixar o Palácio, e o acompanhou juntamente com o General (todos foram no mesmo automóvel) ao Forte de Copacabana. Detido, **Washington Luís** iria passar por um longo exílio.

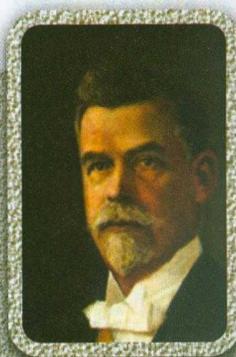
Diante dos consumados fatos, **Júlio Prestes de Albuquerque** (paulista, de Itapetininga) e **Vital Henrique Batista Soares** (baiano, de Valença), que, em 22 de maio de 1930, após o triunfo obtido na mencionada eleição de 1º de março daquele ano, haviam sido proclamados, pelo Congresso Nacional, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da República, não puderam tomar posse,



Getúlio Vargas



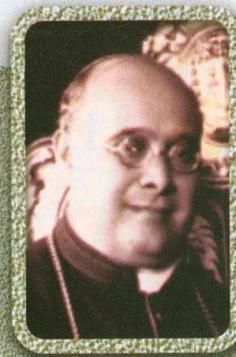
Oswaldo Aranha



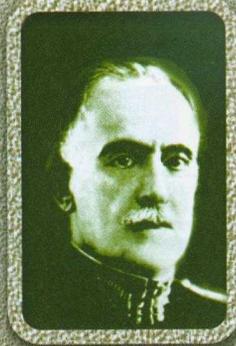
Washington Luís



Melo Viana



Cardeal Leme



Mena Barreto



Tasso Fragoso



Isaías Noronha



prevista para 15 de novembro também daquele ano. Já elucidamos que teriam terminado, no referido 15 de novembro, os mandatos de **Washington Luís Pereira de Sousa**, Presidente, e de **Fernando de Melo Viana**, Vice-Presidente, se eles não estivessem depostos. Dominando a situação, os três aludidos militares, no mencionado 24 de outubro de 1930, instalaram o *Gabinete da Junta Governativa Provisória*. Entrementes, **Getúlio** continuava em sua trajetória rumo ao Rio de Janeiro, a causar preocupante interrogação. Quando ele chegasse à então Capital da República, os triúmviros lhe entregariam o poder? A resposta foi positiva, mas graças às articulações de **Oswaldo Euclides de Sousa Aranha** (gaúcho, de Alegrete), que, provisoriamente, ocupava a direção governamental do Rio Grande do Sul, e de **Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor** (gaúcho, de São Leopoldo), que era Deputado Federal. Em 3 de novembro de 1930, estabelecido um consenso, **Getúlio**

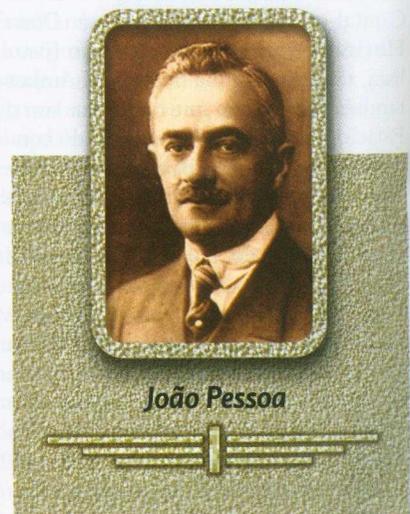
(ainda fardado, pela última vez), que havia chegado ao Rio de Janeiro três dias antes daquela data, passou a ser o Chefe do *Governo Provisório* (provisório?) da *República dos Estados Unidos do Brasil*. Explicando-se, asseverava que a derrota por ele sofrida, ao postular a Presidência da República, na mencionada eleição de 1º de março daquele ano, juntamente com seu companheiro de chapa **João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque** (paraibano, de Umbuzeiro, assassinado em 26 de julho de 1930, ou seja, quatro meses e vinte e cinco dias após a citada eleição presidencial), candidato à Vice-Presidência, somente resultara de fraude eleitoral perpetrada pelos seus adversários. Verdadeiro ou falso, esse foi o argumento apresentado para justificar a focalizada marcha revolucionária.

Em São Paulo, no citado 24 de outubro de 1930, isto é, antes de **Getúlio** tomar posse, quando os fatos não estavam bem definidos, o General **Hastímphilo de Moura** (maranhense, de Itapecuru-Mirim), Comandante da 2ª Região Militar, assumiu o controle governamental,

em detrimento de **Heitor Teixeira Pen-teado** (paulista, de Campinas), Vice-Presidente do Estado (naquela época, em quase todas as unidades federativas do Brasil, Presidente e Vice-Presidente eram as denominações dadas aos governantes e aos vice-governantes estaduais, respectivamente), que ocupava o exercício do cargo, pois o seu titular **Júlio Prestes de Albuquerque** pedira licença para concorrer à Presidência da República. Repetamos que ele, o citado titular, concorreu e foi o vitorioso, derrotando **Getúlio**, na eleição de 1º de março daquele ano, conforme o resultado oficial, sem que pudesse tomar posse. Repetamos, também, que foi idêntico o destino de **Vital Henrique Batista Soares**, seu companheiro de chapa, eleito Vice-Presidente da República, que derrotou **João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque**.

No entanto, em 28 de outubro de 1930, o mencionado Comandante da 2ª Região Militar passou a direção de São Paulo, a uma *Junta Governativa* (não confundamos essa Junta, de âmbito estadual, com a homônima, de âmbito federal), inicialmente presidida por **José Maria Whitaker** (paulista, da Capital), porém apenas até 4 de novembro daquele ano, data em que foi nomeado Ministro da Fazenda, por **Getúlio**, que agiu com visível estratégia política, para agradar os paulistas, logo no dia seguinte ao em que assumiu o já referido cargo de *Chefe do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil*.

O assassinato de João Pessoa, ainda que não politicamente motivado, causou tal impacto emocional que envenenou as tensões eleitorais, agravadas pelas conhecidas fraudes.



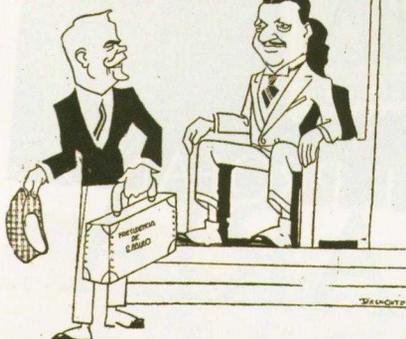
Foi assassinado o Presidente João Pessoa, da Parahyba
O criminoso Duarte Dantas atacou-o de surpresa e foi ferido pelo motorista da vítima

A DESPEDIDA OFICIAL DO ENXALZADOR ATTOLEDO
O CRIME IMPRESSIONOU FUNDAMENTE A CAPITAL
COUSAS DA POLITICA





O jogo do caipira, que dá e tira...



W. - Julinho! Guarde bem essa cadeira, porque eu vou ali e já volto...

Acima, Getúlio fardado, entre revolucionários, em Itararé, São Paulo.

A charge de Belmonte ironiza a pretensão de Washington Luís de voltar à presidência. Com ele finda-se a República Velha.

No Estado de São Paulo, no lugar de **José Maria Whitaker**, o cargo de Presidente da *Junta Governativa* foi preenchido por **Plínio Barreto** (paulista, de Campinas), no próprio dia 4 de novembro. Para que não ingressemos em escuros e labirínticos atalhos, precisamos ter cuidado com as datas a seguir apresentadas, porque elas se interligam, de permeio, às que acabamos de alinhar. O acompanhamento dessas datas pode ser cansativo, mas é imprescindível, porque, sem a cronologia dos fatos, estes antecedentes históricos não alicerçariam a exposição de porvindouros esclarecimentos, no final deste Capítulo e nos próximos, da curta série agora iniciada.

Em 29 de outubro de 1930, isto é, quando **Getúlio** ainda não havia chegado ao Rio de Janeiro, e, no Estado de São Paulo, a *Junta Governativa*, então presidida por **José Maria Whitaker**, tinha só um dia de existência, desembarcou, em terras bandeirantes, **João Alberto Lins de Barros** (pernambucano, de Recife, segundo alguns estudiosos, ou de Olinda, segundo outros), representante do *tenentismo* (*). Era uma determinação da outra *Junta*

Governativa, a federal (já salientamos que, antes de **Getúlio** assumir o poder, o controle da Nação estava nas mãos de três militares). No dia 31 daquele mês, o recém-chegado tornou-se, oficialmente, Delegado Militar. Com sua presença, coexistiram, em São Paulo, em teoria, dois efêmeros poderes, o militar, dirigido por aquele Delegado, e o civil, dirigido pela *Junta Governativa*.

No dia 11 de novembro de 1930, **Getúlio**, começando a causar algumas apreensões, assinou o Decreto nº 19.398, cujo artigo 4º preceituava, em sua abertura, com redação enganosa, que permaneciam em vigor a Constituição Federal (de 24 de fevereiro de 1891) e as Constituições Estaduais, mas, depois, aquele preceito, contradizendo sua parte inicial, autorizava modificações que viessem a ser adotadas "por decreto dos atos ulteriores do Governo Provisório ou de seus delegados, na esfera das atribuições de cada um." Demais disso, a cabeça do artigo 5º, de modo incisivo, determinava: "Ficam suspensas as garantias individuais". Em outras palavras, ao suspender as garantias individuais, aquele Chefe man-

dava pelos ares, em estilhaços, a referida *Carta Magna* da República, e começava a governar apenas mediante Decretos lavrados pela sua unilateral vontade (essa foi a semente que iria dar origem à *Revolução Constitucionalista de 1932*), ao mesmo tempo em que nomeava Intervenores nos Estados (baseado em que direito?), com exceção de Minas Gerais, que permaneceu sob o controle governamental de **Olegário Dias Maciel** (mineiro, de Bom Despacho), importante aliado getulista.

Dando seguimento à sua política centralizadora, **Getúlio**, em 25 de novembro (nossa referência, por enquanto, continua a ser ao ano de 1930), nomeou o citado **João Alberto Lins de Barros** Intervenitor Federal em São Paulo, e não mais Delegado Militar. Todavia, os paulistas...

(o motivo da presença dessa conjunção adversativa será visto no próximo Capítulo)

(*) O *tenentismo* foi um movimento revolucionário, de características sócio-políticas, iniciado por jovens militares, tenentes, em 1920, com atuação efetiva nos anos de 1922 e 1930.



J. M. Whitaker



João Alberto





SAGRADO, PÓS-MODERNO E PROFANO EM MAÇONARIA

Ir.: José Maurício Guimarães, 33º

“Bom senso é a coisa mais bem distribuída neste mundo, pois cada um julga estar tão bem provido dele que, mesmo os mais difíceis de serem contidos noutras coisas, não desejam possuir mais bom-senso do que já têm.”



O Ir.: José Maurício Guimarães é Grau 33 no Rito Escocês Antigo e Aceito, KT no Supremo Grande Capítulo de Maçons do Real Arco do Brasil. Obreiro da ARLS Aquarius I N°233 da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais. Fundador e primeiro Venerável Mestre da “Loja Maçônica de Pesquisas Quatuor Coronati, Pedro Campos de Miranda” da GLMMG. Autor do livro “Grande Loja Maçônica de Minas Gerais - História, Fundamentos e Formação” (Belo Horizonte, 2014). Membro Efetivo da Academia Mineira Maçônica de Letras, Cadeira 39. Membro Correspondente da Academia Maçônica Fluminense de Letras.

Com essa ironia René Descartes inicia o *Discurso do Método*, escrito em 1637. Quase quatro séculos depois, ainda precisamos de muito bom senso para não “trocar os pés pelas mãos” naquilo que fazemos.

Desse almejado cabedal de bom senso irromperá a resposta para os desafios da Maçonaria contemporânea: de um lado temos o caráter tradicional da Ordem que é imutável; de outro, as imperiosas transformações do nosso *modus operandi*, inevitáveis nalguns aspectos para a sobrevivência das instituições maçônicas.

Como fenômeno peculiar dos ambientes social e cultural do mundo, a Maçonaria tem que seguir o “espírito de sua época” – o *Zeitgeist*, termo alemão que significa “espírito do tempo” – conjunto das condições em determinado período da vida humana. Noutras palavras: nossa Ordem tem que se adequar aos recursos disponíveis na vida das pessoas e à sociedade onde estiver incluída.

Os atuais questionamentos internos da Maçonaria vêm do choque entre o que é imutável na organização e o que é exigido pelo progresso. O impacto entre estes dois fenômenos tem reflexos na opinião contra ou a favor que o público terá de nossas instituições.

Rituais, Tradição e Sigilo

A principal característica da Maçonaria são os traços psicológicos e morais que ela imprime na alma do Maçom sem mantê-lo escravizado a nenhum dogma. A esse conjunto damos o nome de TRADIÇÃO, o ato ou efeito de se transmitir uma cultura e conjunto de valores de geração a geração.

A ferramenta dessa tradição são os Rituais – atos e práticas associados a objetos e símbolos dispostos num espaço chamado “Templo”. É no cerimonial que se garante a continuidade, a permanência, visã de mundo, estrutura e formação dos



valores da Ordem. Não há atalhos nesse sentido. A regularidade, as constituições, regulamentos, códigos, leis, decretos – tudo são acessórios que dependem da integridade ritualística. Enquanto acessórios, podem e devem ser mudados quando o exigirem as circunstâncias; mas o essencial – aquilo que se perpetua nos Templos – jamais.

O conteúdo dos rituais depende da forma, da linguagem e da visão antropológica e cognitiva dos signos convencionais empregados: sonoros, gráficos e gestuais. A significação dos textos ritualísticos, que à primeira vista podem parecer ingênuos, foi moldada por intelectuais da *Royal Society* da Inglaterra (ou dos grupos *Iluministas* da França) para o uso da Maçonaria no século XVIII que iniciava pessoas dos mais variados níveis de conhecimento ou intelectualidade.

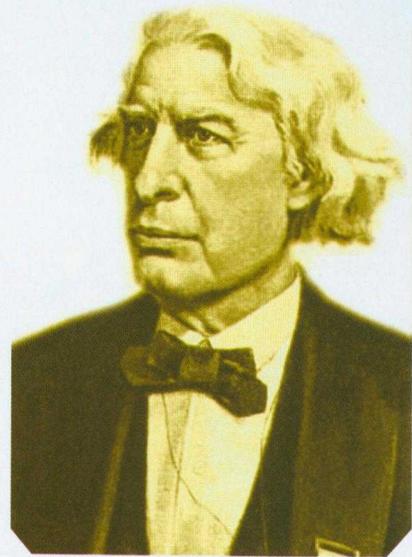
Por esses e outros motivos a lenda sobre o construtor do Templo de Salomão teve que ser mantida inalterada: até hoje é um compromisso consagrado no Terceiro *landmark*:

“A lenda do terceiro grau é um landmark importante, cuja integridade tem que ser respeitada. Nenhum rito existe na Maçonaria, em qualquer país ou em qualquer idioma, em que não sejam expostos os elementos essenciais dessa lenda. As fórmulas escritas podem variar; porém, a lenda do construtor do Templo constitui a essência e a identidade da Maçonaria. Qualquer rito que a excluisse ou a alterasse, cessaria, por isso, de ser um rito maçônico.”

Deixar de ser um rito maçônico seria fazer da Ordem outra coisa: um clube recreativo, agremiação cultural, partido político, agrupamento social, artístico ou literário; jamais uma “maçonaria modernizada”.

A palavra *landmark* apareceu pela primeira vez em Maçonaria durante a compilação dos Regulamentos Gerais de 1721, sendo introduzida na *Constituição de Anderson* (1723) onde o último dos regulamentos diz:

“Cada Grande Loja tem o poder e autoridade para modificar este Regulamento, ou



Albert Gallatin Mackey é bem mais conhecido entre nós por sua lista de 25 landmarks, mas seu trabalho na consolidação do Rito Escocês Antigo e Aceito é importantíssimo.



redigir um novo em benefício da Fraternidade, contanto que sejam mantidos invariáveis os antigos landmarks...”

No mesmo entendimento, **Albert Gallatin Mackey** (1807-1881) encerra sua compilação com o implacável 25º e último preceito em defesa dos direitos da Maçonaria Universal:

“... nada pode ser acrescido ou retirado, nenhuma modificação podendo ser introduzida, pois assim devemos transmitir aos nossos sucessores”.

No topo dessa cláusula pétrea foi edificada a “espinha dorsal” da Maçonaria Universal:

- I) Sobre o homem: só podem ser recebidos na Maçonaria homens livres e adultos que admitam a existência de um Ser Supremo e a imortalidade da alma;
- II) Sobre as Lojas: manter-se-á o sigilo sobre o trabalho e a imutabilidade dos modos de reconhecimento; será observada a integridade da lenda do Terceiro Grau;



Fronstipício do livro *The History of the Royal Society of London for Improving of Natural Knowledge, de Thomas Sprat (1635-1713)*





III) Sobre o Governo da Fraternidade: o governo da Fraternidade é exercido por um Oficial denominado Grão-Mestre, eleito pelo povo Maçônico.

A “pluralidade”, conceito quantitativo e apanágio da pós-modernidade, promete transformar esse rigor em letra morta caso o vigor moral da liturgia – nos Rituais – sejam afrouxados.

Modernamente tudo está escancarado sob o pretexto de que a Maçonaria “não é secreta e sim discreta” – jogo de palavras dos que têm aversão ao estudo ou desprezam o fato de que, durante os anos de formação e em tempos de severa perseguição, a Fraternidade teve que se valer de “segredos” destinados à realização de habilidades específicas, dentro e fora das Lojas: “*nolumus leges mutari*”, diz a norma do *landmark* nº25 adotada do livro dos Provérbios 22:28 – “*não removais os limites que vossos antepassados estabeleceram*” – em inglês antigo: “*Remove not the ancient landmark which thy fathers have set*”.

Isso é tradição – daí a palavra do latim *traditio* – a ação de entregar algo, fazer chegar às mãos de outrem aquilo que ocorre à inteligência como resultado de experiências vivenciadas, tudo o que se pratica por hábito, ou costume.

O recente relatório de pesquisa da *Conferência Maçônica Interamericana*,

Maçonaria no século XXI – cujo objetivo perscrutava a opinião dos maçons brasileiros – é eloquente nesse ao transcrever as respostas à pergunta: “*o que a Maçonaria deveria fazer e não está?* (ou está fazendo pouco?)”. A preservação dos rituais e segredos aparece em terceiro lugar, precedida pela “*melhor seleção de seus membros*” e “*educação maçônica de qualidade*” – elementos evidentemente complementares (1).

Os que compreendem o valor prístino dos Rituais observam com espanto e apreensão as mutilações, substituição de trechos, passagens e fragmentos inteiros trocados por invenções ou abolidos em favor da “praticidade”, do “avançado da hora”, da falta de espaço na Loja, etc.

Nosso assombro e preocupação são maiores ainda quando as cerimônias públicas da Maçonaria (as chamadas “sessões brancas”) ou os cerimoniais das Academias literárias copiam em tudo as sessões do Simbolismo. A falta de criatividade e zelo são as causas dessa polarização e popularização feita de modo manco e pelo avesso.

Tais hábitos canhestros lembram a história narrada por **Plínio, o Velho** (23 d.C. - 79 d.C.) – no livro XXXV de sua *Naturalis Historia* – sobre **Apeles**, pintor grego que viveu na Jônia no século IV antes de **Cristo**. Tendo terminado belíssimo painel

Legados preciosos não podem estar sujeitos à pretensão dos inovadores ou à “praticidade desrespeitosa. “*Ne sutor ultra crepidam!*”



representando uma divindade do Olimpo, Apeles expôs a obra à visitação dos transeuntes como era seu costume fazê-lo. Numa manhã, apresentou-se um fabricante de sandálias da Ilíria chamando a atenção de **Apeles** para um erro nas sandálias da divindade representada. Apeles pegou os pincéis, as tintas, e começou a desmanchar daqui e dali, retocando e corrigindo a falha.

Terminada a correção, o fabricante de sandálias sentiu-se encorajado e fez uma observação sobre o ângulo do nariz da figura retratada.

Nesse ponto, **Apeles** interrompeu o sapateiro:

– *Não posso aceitar! No nariz, não! Não queiras ir além das sandálias!*

E o ditado pegou; passou da Grécia para Roma, em latim: *ne sutor ultra crepidam* – não vá o sapateiro além do sapato (*sutor* significa ‘sapateiro’; *ultra* é preposição que significa ‘além’; *crepida* é o mesmo que ‘sandália’).



Em matéria litúrgica, supressões e troca de palavras por extravagâncias e aberrações são análogas ao caso do sapateiro que pretendeu corrigir a arte além da sandália.

Os Supremos Conselhos dos diversos ritos são altos corpos da Maçonaria que detêm a legitimidade dos respectivos rituais praticados em suas jurisdições. Sendo as Grandes Lojas soberanas, os Supremos Conselhos não possuem a faculdade de intervir diretamente nos rituais do Simbolismo. Aqui volta a história do bom senso (a coisa mais bem distribuída neste mundo) e cresce a responsabilidade de cada uma das *Grandes Lojas* e suas jurisdicionadas por manterem a integridade dos rituais.

A partir de 1927, quando os maçons ainda não eram refêns da mídia, o *Supremo Conselho do Grau 33* – hoje **Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito da Maçonaria para a República do Brasil** – legou às Grandes Lojas os rituais padronizados do Simbolismo que **Mário Behring** teve o cuidado de oficializar e registrar na Biblioteca Nacional. Vemos no frontispício da edição de 1928, na grafia original:

[...] sob número para garantia dos direitos autorais, de accôrdo com os dispositivos do Código Civil [deixo de revelar os algarismos por motivos óbvios] Typographia “Delta”, propriedade da Sociedade Anonyma Astréa, Rua Dias da Cruz, 129-Rio – 1928.

Assim, os rituais do Simbolismo levam a inscrição “*Rito Escocês Antigo e Aceito*” por terem sido elaborados para que as novas Lojas pudessem trabalhar no Simbolismo de forma unificada e sem o uso dos rituais de outra Potência maçônica.

Há indícios de que **Mário Behring** utilizou, como referência, os rituais do *Guide des Maçons Écossais: cahiers des trois Grades Symboliques du Rit Ancien et Accepté*, publicados em Edimburgo, Escócia, no século XIX, assim como um texto inglês de 1816, traduzido para o português com o título de *Cerimônias Exactas da Arte Maçônica* e os rituais de uma Loja fundada em 1822 no Brasil – a *Bouclier D’Honneur* – que trabalhou no Rito Escocês Antigo e Aceito e cuja Carta Constitutiva, assim como os rituais, vieram do **Grande Oriente da França**.

A elaboração dos rituais de 1928 foi sublinhada pelo conteúdo da *Biblioteca Maçônica ou Instrução Completa do Franc-Maçon*, de **Antônio Dias**, obra impressa na França, em português, no ano de 1834, e que contem os rituais simbólicos do Rito Escocês Antigo e Aceito com a denominação de *Guias ou Reguladores*.

Tradição “Templária”

É no sentido estrito da tradição que dizemos ser a Maçonaria a “herdeira dos Templários”. Isso não implica que sejamos a sequência dos *Pobres Cavaleiros de Cristo*, *Ordem do Templo*, *Cavaleiros Templários*, *Ordem de Salomão* ou qualquer

outra denominação que a imaginação possa atribuir. Nem podemos conceber a ideia mirabolante de que aqueles Cavaleiros, que viveram há mais de 800 anos, fossem pacatos cidadãos, de óculos, bigode bem aparado, trajando ternos pretos; ou que saíssem de seus lares à noite, uma vez por semana, para participarem de sonolentas reuniões com o intuito de proferirem elogios mútuos.

Por outro lado, constitui falta de estudo e má-fé negar que a Maçonaria seja herdeira daquela tradição. Nenhum campo da pesquisa acadêmica nega que das Cruzadas e dos Templários herdamos o legado de uma dezena de Ordens e congregações religiosas, sem falar da contribuição cultural que o Ocidente absorveu do Oriente graças às expedições dos Templários, Cavaleiros Teutônicos, Hospitalários e outras Ordens militares da Idade Média. É estranho que ainda haja Maçons que pregam a “heresia histórica” de uma Maçonaria sem pai nem mãe, solta no tempo, quando a culminação dos Ritos Escocês e York (para citarmos apenas os mais praticados no Brasil) acontece nos Graus que levam os seguintes títulos: Cavaleiro do Oriente, Cavaleiro do Oriente e do Ocidente, Grande Cavaleiro Escocês, Patriarca dos Cruzados, Grau de Cavaleiro Templário, Ilustre Ordem da Cruz Vermelha, Ordem de Malta, Ordem Templária do Rito York, Príncipe de Jerusalém, etc...

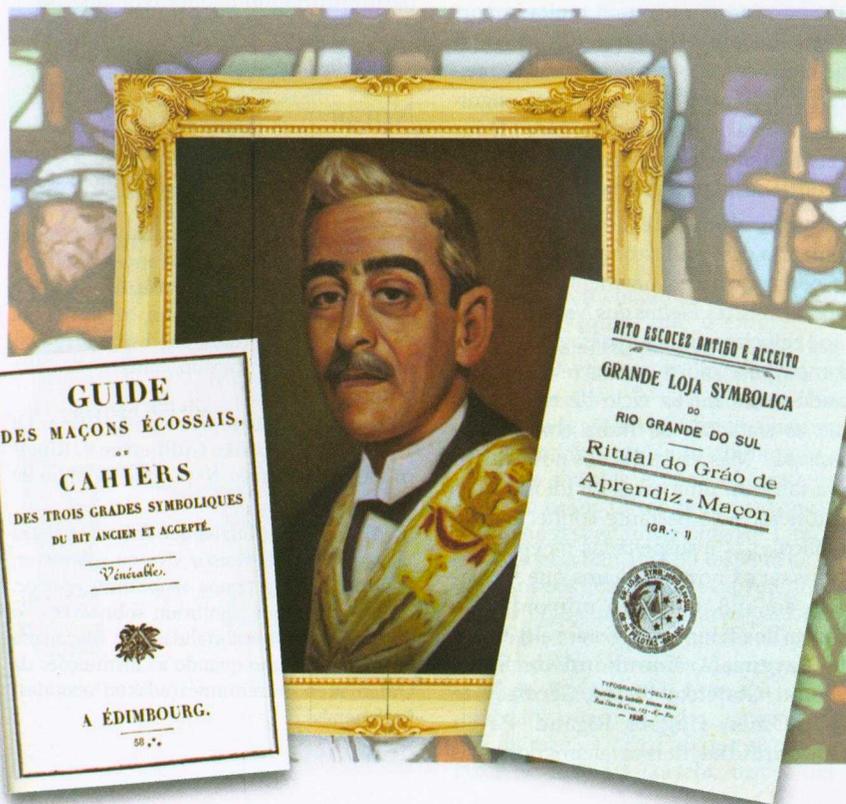
Mas... somos “pós-modernos” – não se esqueçam – e o consumo se tornou o regulador do “Cânone Ocidental” (2).

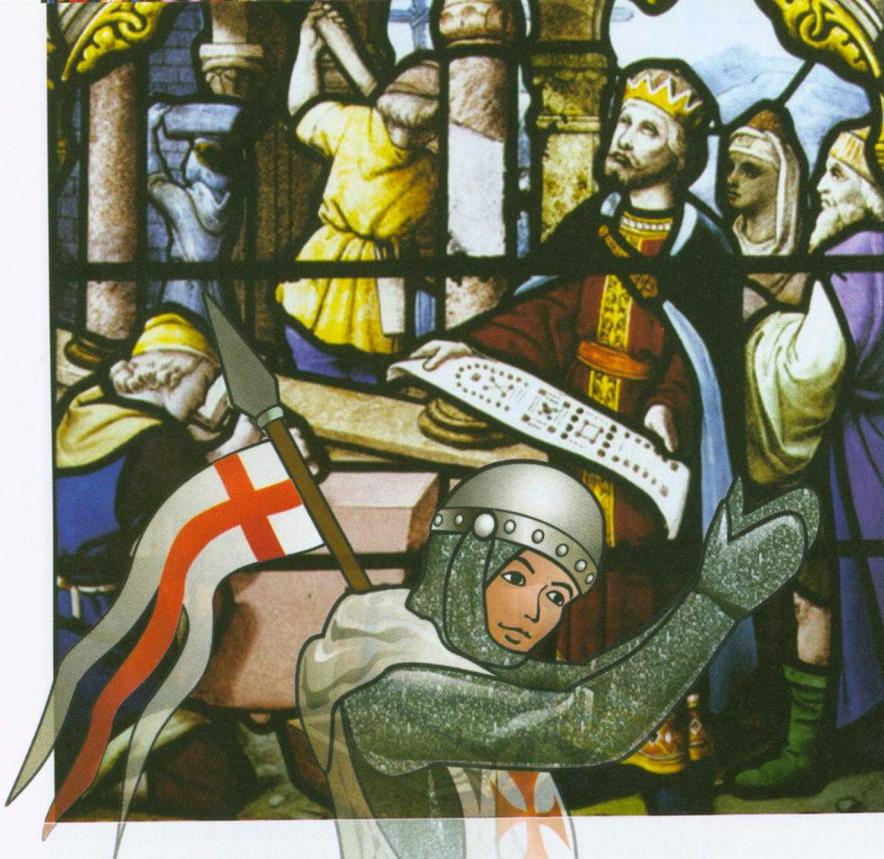
Um estranho no ninho dos Stuarts

Discute-se muito o famigerado discurso do Cavaleiro escocês **Andrew Michael Ramsay**, atribuindo-lhe “lendas e invenções sobre o passado da Maçonaria”. Culpam-no de forçar a ancestralidade da Maçonaria à uma possível linhagem das Ordens de Cavalaria ou às Cruzadas do século XII. A má vontade de alguns estudiosos para com o “discurso de Ramsay” (peça mais discutida do que lida) deve-se ao desconforto e preconceito dos Maçons ingleses daquele tempo. Havia uma monarquia **Stuart** exilada na França e o perigo iminente de uma conspiração.



As Grandes Lojas Brasileiras têm origem regular, com certidão de nascimento e rituais.





A conversa do escocês **Ramsay** era o pavio curto, pronto para iniciar um incêndio (3).

Os centenários e tradicionais interesses comuns entre a França e a Escócia em oposição aos planos de expansão da Inglaterra são notórios. A velha aliança de 1295 – em francês, *Vielle Alliance*; em escocês, *Auld-alliance* – nasceu dessa amizade que nos anos de formação da Maçonaria moderna representou poderoso trunfo contra aquela que França e Escócia consideravam o “inimigo comum” – a Inglaterra.

Com isso, **Andrew Michael Ramsay**, **Jacques de Molay**, os judeus, os Jesuítas (e mesmo **Joana d'Arc**, num outro contexto) tinham que ser relegados ao menoscabo – cerca de 430 anos de evidências na conta de episódios espúrios.

As alegorias dos graus simbólicos são alusivas à morte de **Jacques de Molay** e à destruição do “último Templo”, ou Ordem dos Templários, com a consequente “vingança” (desagravo, castigo, pena, ou punição) – que, longe de representar represália, deve ser entendida como “sobrevivência” (4).

O trágico destino de **Hiram** – assim como o de **Jacques de Molay** – e a tradição do “túmulo vazio do Mestre” (presente noutras correntes iniciáticas e religiosas) – representa a perda ou o desaparecimento da Consciência Moral, que as tradições ensinam através do martírio de seus instrutores.

A figura de **Hiram** é apenas passageira na Bíblia – não mais que umas 50 palavras no *Primeiro livro de Reis*, Capítulo 7:

“E enviou o rei Salomão um mensageiro e mandou trazer a Hiram de Tiro, filho de uma viúva da tribo de Naftali, e fora seu pai um homem de Tiro, que trabalhava em cobre. Era cheio de sabedoria, de entendimento e de ciência para fazer toda a obra de cobre.”

Se o personagem não tem muita importância no contexto geral das religiões judaica e cristã, sua figura como “Construtor do Templo” ganha dimensão significativa para os pedreiros da Idade Média, “ressuscitando” como **Jacques de Molay**, pleno de destaque e prestígio.

Exemplo eloquente dessa transição, contendo ecos da história dos Templários, ocorre no desenvolvimento dos trabalhos de *Mestres Eleitos dos Nove*. A tradição é egípcia: significa a passagem de todo homem pela “morte e ressurreição”, libertando-se do infeliz ciclo de existências que as tradições da Índia chamam de *samsara*. Mas a história dos nove eleitos leva também uma carga de informações históricas, hoje bastante conhecidas do público, mas insuspeitadas na época de **Ramsay**: os nove cavaleiros que formaram, em 1118, o núcleo primordial da Ordem dos Templários. Foram eles **Hugo de Payens**, **Archambaud de Saint Aignan**, **Godefroy Bissot**, **Geoffroy de Saint-Omer**, **Hugues Rigaud**, **Payen de Montdidier**, dois cavaleiros dos quais

só se conhecem os primeiros nomes – **Gondemar** e **Roland** – e o denominado “cavaleiro desconhecido”, provavelmente o Conde **Hugues de Champagne**.

A consecução dos fins a que se dedica a Maçonaria depende fundamentalmente da composição desses elementos. De outra forma, a passagem pelos Graus Simbólicos ou pelos Graus Superiores (seja do REAA, seja do York) significaria apenas a obtenção de honrarias, títulos ou status sem nenhum lastro ou base que legitime ou autorize seus fundamentos.

Todas essas tradições, presentes no idealário maçônico, não foi esquecida pelo idealizador e fundador da *Ordem DeMolay*, **Frank Sherman Land** (que em certa ocasião presidiu um *Conselho de Cavaleiros Kadosh*). A *Ordem DeMolay*, organização para-maçônica, patrocinada e mantida pela Maçonaria, é inspirada na vida e morte de **Jacques de Molay**, último Grão-Mestre da Ordem dos Templários, morto em 18 de março de 1314.

Conclusão

O simbolismo maçônico não é um quebra-cabeça. Tampouco se trata de um jogo de adivinhação onde astutos veteranos tentam impor seus devaneios aos mais jovens.

O simbolismo ritualístico, em especial a Lenda de **Hiram**, é um exercício da inteligência, intuição e capacidade de transcendência sem os quais é impossível o autoconhecimento, o triunfo sobre as paixões e o domínio sobre a vontade. ▲

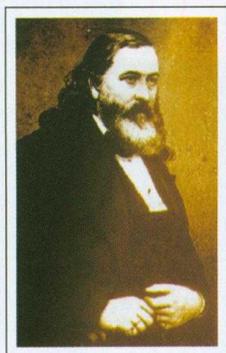
Notas

- (1) *“Relatório de Pesquisa: CMI – Maçonaria no século XXI”*, 21 de fevereiro a 18 de março de 2018.
- (2) Cãnone Ocidental é nome dado aos ícones (**Shakespeare**, **Dante**, **Cervantes**, **Molière**, **Goethe** e outros) que compuseram modelos e padrões da civilização europeia – título da obra de **Harold Bloom** (1994) sobre o que é fundamental na construção do conceito de “alta cultura”.
- (3) Sobre este assunto, ver o artigo *Games Of Thrones* do Irmão **João Guilherme C. Ribeiro** na revista *Astréa* Nº40, janeiro/junho de 2017.
- (4) o *Dicionário Houaiss* que atribui à palavra “vingar” o ato de resistir vivo ou sobreviver noutras idiomas temos *vengeance*, *revengence* etc. que também significam sobreviver – renascimento ou imortalidade da Maçonaria (a acácia), mesmo quando as instituições da Ordem se encontram ameaçadas ou “abatidas” (os funerais).



O Pensamento Vivo de Albert Pike

Morals and Dogma



Mestre Perfeito

Grau 5

Tradução livre de
J. W. Kreutzer Bach



O Grau 5, Mestre Perfeito, mostra um **Pike** focado na valorização das qualidades cívicas. Mais do que promover o trabalho como necessidade vital na formação da cidadania, no Grau 5 ele exalta a ética na conduta do trabalho, seja qual for sua natureza.

J. W. Kreutzer Bach

Mestre Khurum⁽¹⁾ era um homem industrioso e honesto. Naquilo que o empregavam para fazer, ele fazia diligentemente, bem e fielmente. Não recebia salário que não fosse merecido. A industriiosidade e a honestidade são as virtudes peculiarmente inculcadas neste Grau. Embora sejam virtudes simples e comuns, merecem nossa atenção. Como as abelhas que não amam ou respeitam os zangões, também a Maçonaria não ama ou respeita os preguiçosos e os que vivem de expedientes. E menos ainda aqueles ácaros parasitas à custa alheia. Porque os indolentes provavelmente tornar-se-ão desregrados e viciosos. E a honestidade, que deveria ser qualidade comum a todos, é mais rara do que diamantes. Fazer o que se tem que fazer de maneira correta, firme, fiel e

honesto, isto requer pouco mais por qualquer ângulo que se olhe, incluindo todo o contexto da lei moral. Mesmo em sua tarefa mais comum e simplória, estas virtudes pertencem ao caráter do *Mestre Perfeito*.⁽²⁾

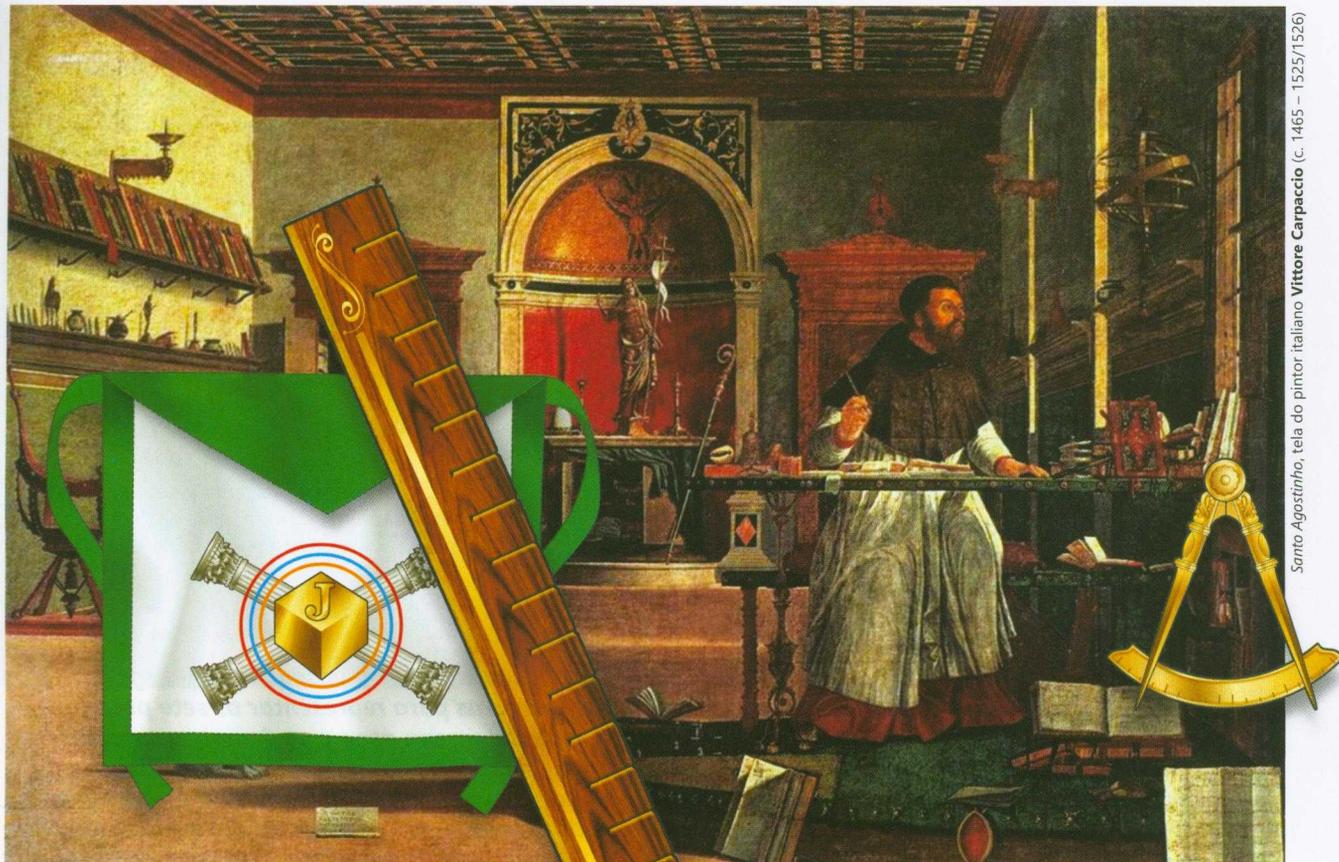
A ociosidade é o funeral do homem. Porque uma pessoa ociosa é tão inútil aos propósitos de Deus e da humanidade que é como um morto, indiferente às mudanças e necessidades do mundo. Vive apenas para passar seu tempo, a comer os frutos da terra. Como um verme ou um lobo, quando seu tempo chega ele morre, sem ter sido nada no caminho. Não arou a terra nem carregou fardos. Tudo o que fez é imprestável ou malicioso.

O homem que não fica ocioso pode executar um trabalho vasto. E muito



The Très Riches Heures du Duc de Berry, illuminura, Paul e Jean Limbourg / Jean Colombe (século XV)





Santo Agostinho, tela do pintor italiano Vittore Carpaccio (c. 1465 – 1525/1526)

pode realizar no caminho da virtude, se não se deixa levar pelo vício ou pelo crime, como aquele sempre que lê bons livros, que terá um enorme acervo de conhecimento.

S. Ambrósio – e, por seu exemplo, também **S. Agostinho** – dividiram cada dia em terços de ocupação: oito horas empenhadas nas necessidades naturais e recreação; oito horas na caridade, assistindo outros em suas tarefas, reconciliando inimizades, reprovando seus vícios, corrigindo seus erros, instruindo-os e trabalhando em suas dioceses; e as outras oito horas dedicavam ao estudo e às orações.

Nós pensamos, aos vinte anos, que a vida é muito longa para o que temos que aprender e fazer. E que há uma quase fabulosa distância entre nossa idade e a de nosso avô. Todavia, quando chegarmos aos sessenta, se formos afortunados (ou desafortunados) em chegar a tanto, ao paramos para olhar o caminho que percorremos, avaliando se investimos bem ou desperdiçamos nosso tempo, veremos que fizemos nossa vida muito curta e desperdiçamos uma enorme parte do nosso tempo.



A receita da divisão do tempo, tão famosa entre nós, Maçons, vem dos ensinamentos de S. Agostinho.

Divagando, deduziremos, do total dos nossos anos, as horas que dormimos sem necessidade; as horas nos dias de trabalho rotineiro, quando a mente preguiçosa foi incapaz de meditar; os dias que alegremente desperdiçamos, buscando algo além do alcance; as horas mais que jogadas fora em tolices e dissipação ou mal usadas em estudos inúteis, então, com um suspiro, admitiremos que poderíamos ter aprendido e feito mais, em uma única década, do que realizamos em quarenta anos de vida adulta.

Aprender e fazer. Este é o trabalho das almas neste mundo. As almas crescem como cresce o carvalho. Como as árvores tiram o carbono do ar, o orvalho, a chuva, a luz e os nutrientes que a terra fornece às suas raízes e, por sua química misteriosa os transmuda em seiva e fibra, em madeira, folhas, flores e frutos, cor e perfume, assim a alma absorve conhecimento e, por uma divina alquimia, muda o que ela aprende em sua própria substância. E cresce de dentro para fora com uma força e poder semelhantes àquele que se oculta em um grão de trigo.

A alma tem seus sentidos, como o corpo, que podem ser cultivados, engrandecidos e refinados à medida que ela cresce em

Na página anterior, a iluminura representa o mês de setembro, de Os Labores dos Meses, que apresentam as diversas atividades dos camponeses e da corte do Duque de Berry. As Mui Ricas Horas formam um livro precioso, com mais de 200 páginas, pintadas em dois períodos, de 1412 e 1416, pelos Irmãos Paul e Jean de Limbourg, e de 1484 a 1489, por Jean Colombe. É considerado o mais importante dos manuscritos medievais com iluminuras.



estatura e proporção. Aquele que não aprecia uma bela pintura ou escultura, um nobre poema, uma melodia, um pensamento heróico ou um gesto altruísta; aquele para quem a sabedoria da filosofia não passa de tolice e para quem as mais profundas verdades têm menos importância do que interesses materiais, esse apenas vive ao nível da mediocridade, impondo a si mesmo uma inferioridade dos sentidos da alma, que é a inferioridade e imperfeição de sua própria alma.

Dormir pouco e estudar muito; falar pouco e ouvir e pensar muito; aprender, para que sejamos capazes de fazer e, então, fazer, firme e vigorosamente, o que quer que seja requerido de nós pelo dever e pelo bem de nossos companheiros, de nosso país e da humanidade – estes são os deveres de todo Maçom que deseje emular o Mestre Khurum.

O dever de um Maçom é claro e simples. Requer de nós honestidade nos negócios, sinceridade nas afirmações, simplicidade ao barganhar e fidelidade nas ações. Mentir, de modo algum, seja nas pequenas ou nas grandes coisas, nem na substância nem nas circunstâncias, nem em palavras ou em ações. Significa não enganar com o que é falso, não esconder o que é verdade, deixando que suas afirma-

tivas e suas negativas sejam plenamente compreendidas pela outra parte, porque aquele que engana o comprador ou o vendedor ao falar, mesmo o que é verdadeiro, de modo a não ser entendido pelo ouro é um mentiroso e um ladrão. Um Mestre Perfeito deve evitar o que engana tanto quanto o que é falso.

Faça com que seus preços estejam de acordo com aquelas medidas do que é correto ou injusto tal como estabelecidos nos procedimentos dos mais sábios e mais generosos, habilidosos no fabricar ou revender. E que o lucro seja, sem escândalos, o que se permite a todas as pessoas nas mesmas circunstâncias.

No trato com os outros, não faça tudo o que legalmente puder fazer, mas guarde alguma coisa em seu poder. Há muita amplitude no que se pode ganhar ao comprar e ao vender, mas não arranque

até o último centavo do que seja legal – ou o que você pense que seja legal. Porque mesmo que seja legal, não é moral. Aquele que ganha tudo o que pode ganhar dentro da legalidade este ano possivelmente será tentado a ganhar algo ilegalmente no ano que vem.

Que nenhum homem se torne opressor e cruel na barganha. Mas que discreta, paciente e diligentemente entregue tudo a Deus, seguindo os ditames Dele e deixando seu sucesso a Ele.

Não retenha o salário dos empregados, porque qualquer retenção além do tempo devido é uma injustiça e uma desumanidade. Pague tal como fora acordado ou de acordo com as necessidades deles,

Cumpra suas promessas e acordos religiosamente, ainda que em seu prejuízo, mesmo que perceba depois que poderia

O artista flamengo Pieter van der Heyden, baseado em Bruegel, o Velho, criou uma série de sete gravuras para representar os sete pecados capitais. A mulher recostada em um asno e os demais personagens, bem no estilo fantástico de Bruegel, são a própria personificação da preguiça, abominada por Pike. Diz a inscrição abaixo da gravura: "A preguiça tira a força do homem e seca seus nervos até que não preste para nada".

Preguiça, gravura de Pieter van der Heyden (c. 1525-1569), artista flamengo



SEGNITIES ROBVR FRANGIT, LONGA OCIA NERVOS.
Traechtheyt maect machtloos en verdroochf Die senden dat de mensch meders too en doorchf





A preguiça, **xilogravura do artista contemporâneo James Todd, dá uma outra versão com elementos que conhecemos muito bem...**

tomarmos qualquer coisa seu seu justo retorno, a estes Ele determinará inteira e justa compensação.

Por isto, tenha o cuidado de não receber nenhum pagamento, qui ou em qualquer lugar, que não tenha merecido! Porque se tiver fraudado outrem, tonado dele o que nesta terra de Deus a ele pertence, seja riqueza, reputação, influência ou afeto, ser-lhe-á imputada a total reparação do mal causado. ▲

Notas

- (1) Pike escreve usualmente o nome do mestre Hiram como Khurum.
- (2) No Grau 22, Pike exaltou o trabalho que dignifica. No Grau 5, ele estabelece a necessidade absoluta da ética do Maçom em seu trabalho e negócios.
- (3) A exaltação das virtudes que formam a República ideal é uma constante de Pike e uma reafirmação dos Valores do *Iluminismo*, com sua ênfase na melhora da sociedade pela melhora dos valores individuais.

Tanto quanto o trabalho, Pike exalta os princípios morais e éticos, base de uma civilização industrial e próspera.

ter feito melhor. E não altere o que tenha estabelecido antes por algo que ocorra depois. Não permita que nada quebre sua palavra, a não ser que seja ilegal ou impossível, isto é, contrário à sua natureza, suas obrigações civis ou que lhe seja intoleravelmente inconveniente ou de nenhuma vantagem a outrem. Ou, ainda, que você tenha deixado expresso ou razoavelmente subentendido.

Que nenhum homem receba salário ou pagamento por um trabalho que não seja capaz de executar ou que não possa realizar ou administrar com algum ganho. Que ninguém se aproprie do que Deus, por sua misericórdia, ou a República⁽³⁾ fez de uso comum, porque isto vai de encontro à Justiça e à Caridade.

Que alguém seja prejudicado por nós por ato ou intenção é contrário aos ditames da equidade, da justiça e da caridade. Que não façamos aos outros o que não faríamos a nós mesmos, porque enriqueceríamos sobre as ruínas da fortuna alheia.

Não é honesto receber algo de outrem sem o retorno equivalente. O jogador que ganha dinheiro de outro é desonesto. Não deve haver apostas e jogatina entre Maçons, porque nenhum homem honesto deveria desejar nada que pertença a outro. O mercador que vende um artigo inferior por um preço majorado e o especulador que usa as dificuldades ou desgraças alheias para encher seu cofre não são justos nem honestos, mas vis, ignóbeis e indignos da imortalidade.

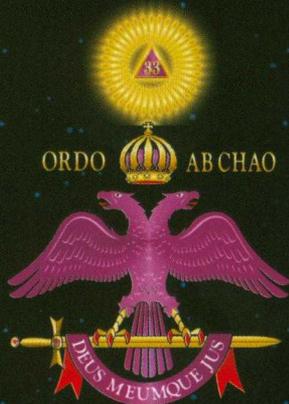
Deveria ser o desejo sincero de cada *Mestre Perfeito* viver e agir de tal forma que, ao morrer, possa ser capaz de dizer – e sua consciência confirmar – que nenhum homem na terra é mais pobre porque ele é mais rico, que o que quer que ele tenha foi

honestamente ganho. Nenhum homem pode apresentar-se a Deus e dizer que, pelas regras de equidade de Sua grande Chancelaria – esta casa em que morremos, esta terra em que planejamos para nossos herdeiros, este dinheiro que sustentará àqueles que sobrevivem com nossos sobrenomes – tudo seja seu e não de todos e que aqui não sejamos mais que seus Seus tutelados. Porque é certo que Deus é justo e severamente imporá essa tutela. Quem quer que venhamos a despojar, quem quer que defraudarmos, quem quer que quem ganharmos ou

Artífices em vitrais, Catedral de St. Chads, Birmingham, vitral de Augustus Welby Pugin e John Hardman



Supremo Conselho do Grau 33 do
R.:E.:A.:A.: da Maçonaria para
a República Federativa do Brasil:
em amizade com todos
os Supremos Conselhos
regulares do mundo.



Rua Barão, 1317 - Praça Seca - Jacarepaguá
21321-624 - Rio de Janeiro - Brasil
Tels: (+55 21) 3369-8000
secretaria@sc33.org.br / <http://www.sc33.org.br>

